

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	20
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	21

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	94
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	96

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.881.696.240
Preferenciais	0
Total	1.881.696.240
Em Tesouraria	
Ordinárias	4.980.886
Preferenciais	0
Total	4.980.886

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2015	Dividendo	31/03/2015	Ordinária		0,44863
Reunião do Conselho de Administração	28/01/2015	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2015	Ordinária		0,04264
Reunião do Conselho de Administração	29/07/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		0,21825
Reunião do Conselho de Administração	29/07/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,06064

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	22.110.093	16.664.641
1.01	Ativo Circulante	9.151.281	12.964.712
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	101.760	3.758.037
1.01.03	Contas a Receber	9.049.521	9.206.675
1.01.03.01	Clientes	9.001.006	9.179.595
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	9.001.006	9.179.595
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	48.515	27.080
1.01.03.02.01	Contas a Receber com partes relacionadas	2.353	115
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	18.413	21.058
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	27.749	5.907
1.02	Ativo Não Circulante	12.958.812	3.699.929
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.067.228	1.846.127
1.02.01.03	Contas a Receber	181	181
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	181	181
1.02.01.06	Tributos Diferidos	632.406	742.909
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	632.406	742.909
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.434.641	1.103.037
1.02.01.09.03	Investimentos financeiros derivativos	187.122	0
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.247.519	1.103.037
1.02.02	Investimentos	9.979.977	1.025.856
1.02.03	Imobilizado	771.519	701.274
1.02.04	Intangível	140.088	126.672

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	22.110.093	16.664.641
2.01	Passivo Circulante	4.960.830	9.705.428
2.01.02	Fornecedores	2.572.768	3.805.976
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.572.768	3.805.976
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	789.117	930.070
2.01.02.01.02	Antecipação de Recebíveis com Emissores	1.213.375	2.250.035
2.01.02.01.03	Fornecedores	554.910	613.661
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com partes relacionadas	15.366	12.210
2.01.03	Obrigações Fiscais	66.064	436.441
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.127.478	4.829.609
2.01.05	Outras Obrigações	194.520	633.402
2.01.05.02	Outros	194.520	633.402
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.600	475.801
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	127.920	157.601
2.02	Passivo Não Circulante	11.014.261	2.650.103
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.654.739	1.438.909
2.02.02	Outras Obrigações	8.547	5.767
2.02.04	Provisões	1.350.975	1.205.427
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.350.975	1.205.427
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.350.975	1.205.427
2.03	Patrimônio Líquido	6.135.002	4.309.110
2.03.01	Capital Social Realizado	2.500.000	2.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-84.275	-118.624
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-144.554	-194.478
2.03.02.07	Reserva de Capital	60.279	75.854
2.03.04	Reservas de Lucros	3.705.274	2.421.765
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.003	5.969

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.731.088	5.150.279	1.603.015	4.667.910
3.01.01	Receita Operacional	1.925.663	5.728.240	1.784.652	5.185.750
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-194.575	-577.961	-181.637	-517.840
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-557.366	-1.575.844	-519.757	-1.414.003
3.03	Resultado Bruto	1.173.722	3.574.435	1.083.258	3.253.907
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-172.966	-567.284	-250.596	-694.717
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-172.966	-567.284	-250.596	-694.717
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-96.143	-282.726	-84.245	-233.844
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-65.767	-190.045	-59.800	-164.500
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-49.141	-170.779	-65.207	-184.434
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-61.655	-170.638	-52.792	-131.957
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	99.740	246.904	11.448	20.018
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.000.756	3.007.151	832.662	2.559.190
3.06	Resultado Financeiro	247.341	793.215	386.387	1.030.863
3.06.01	Receitas Financeiras	578.040	1.592.755	408.481	1.095.119
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.891	59.504	3.531	9.486
3.06.01.02	Resultados com antecipação de recebíveis	572.399	1.528.933	404.665	1.085.443
3.06.01.03	Variação cambial, Líquida	750	4.318	285	190
3.06.02	Despesas Financeiras	-330.699	-799.540	-22.094	-64.256
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-330.699	-799.540	-22.094	-64.256
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.248.097	3.800.366	1.219.049	3.590.053
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-370.641	-1.141.613	-401.678	-1.173.214
3.08.01	Corrente	-278.154	-1.031.109	-428.130	-1.276.969
3.08.02	Diferido	-92.487	-110.504	26.452	103.755
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	877.456	2.658.753	817.371	2.416.839
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	877.456	2.658.753	817.371	2.416.839
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.99.01.01	ON	0,46714	1,41347	0,43440	1,28261
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,46591	1,40976	0,43301	1,27854

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	877.456	2.658.753	817.371	2.416.839
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.287	8.034	144	223
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	276.449	416.443	77.229	33.849
4.02.02	Resultados com Instrumentos de "Hedge" s/Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	-266.162	-408.409	-77.085	-33.626
4.03	Resultado Abrangente do Período	887.743	2.666.787	817.515	2.417.062

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.033.144	2.564.679
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.066.703	4.176.947
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	3.800.366	3.590.053
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	312.182	251.258
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. e Intang.	26.416	-367
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	13.029	18.467
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	17.241	16.766
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	116.559	97.988
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	153.694	140.775
6.01.01.11	Receita com Antecipação de Recebíveis a apropriar	56.785	35.865
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	754.276	45.410
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	250.181	750
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-246.904	-20.018
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	-187.122	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.408.740	-187.004
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	153.696	-12.358
6.01.02.02	Contas a Receber com partes relacionadas	-2.238	-2
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circ/Não Circulante)	2.645	-6.842
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-144.482	-134.753
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-21.842	11.166
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-1.326.064	-139.798
6.01.02.08	Fornecedores	-58.751	114.915
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	20.188	-14.285
6.01.02.10	Contas a Pagar com partes relacionadas	3.156	2.383
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante e Não Circulante)	-26.902	2.661
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-8.146	-10.091
6.01.03	Outros	-1.624.819	-1.425.264
6.01.03.02	Juros Pagos	-440.673	-34.441
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-1.184.146	-1.390.823
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.726.062	-356.010
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas, "Joint Ventures" e coligada	-8.422.930	-1.000
6.02.04	Dividendos Recebidos de Controladas	132.156	11.874
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, líquido da Provisão para Perdas	-435.288	-366.884
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.036.641	-2.319.965
6.03.01	Captação de Empréstimos	9.232.459	115.865
6.03.04	Aquisição de Ações em Tesouraria	-17.304	-229.721
6.03.05	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-1.284.445	-2.007.546
6.03.06	IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio Pagos	-27.135	-10.020
6.03.07	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	34.412	23.456
6.03.09	Pagamento de Principal de Empréstimos	-4.901.346	-211.999
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.656.277	-111.296
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.758.037	257.145

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	101.760	145.849

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	-118.624	2.421.765	0	5.969	4.309.110
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	-118.624	2.421.765	0	5.969	4.309.110
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	34.349	-1.375.244	0	0	-840.895
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-17.304	0	0	0	-17.304
5.04.09	Opções de Ações Outorgadas	0	17.241	0	0	0	17.241
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	34.412	0	0	0	34.412
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2014	0	0	-283.859	0	0	-283.859
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios Pagos	0	0	-410.685	0	0	-410.685
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-114.100	0	0	-114.100
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-66.600	0	0	-66.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2.658.753	0	8.034	2.666.787
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	2.658.753	0	0	2.658.753
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.034	8.034
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	416.443	416.443
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-408.409	-408.409
5.07	Saldos Finais	2.500.000	-84.275	3.705.274	0	14.003	6.135.002

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-189.499	-2.597.156	0	0	-1.786.655
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-229.721	0	0	0	-229.721
5.04.09	Opções de Ações Outorgadas	0	16.766	0	0	0	16.766
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	23.456	0	0	0	23.456
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios Pagos	0	0	-996.846	0	0	-996.846
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-66.800	0	0	-66.800
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-33.100	0	0	-33.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2.416.839	0	223	2.417.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	2.416.839	0	0	2.416.839
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	223	223
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	33.849	33.849
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-33.626	-33.626
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-126.917	2.071.478	0	5.671	3.950.232

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	5.611.681	5.087.762
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.728.240	5.185.750
7.01.02	Outras Receitas	-116.559	-97.988
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	-116.559	-97.988
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.642.974	-1.515.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.162.786	-1.075.158
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-426.108	-405.873
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-38.837	368
7.02.04	Outros	-15.243	-34.337
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.968.707	3.572.762
7.04	Retenções	-312.182	-251.258
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-312.182	-251.258
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.656.525	3.321.504
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.856.869	1.115.137
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	246.904	20.018
7.06.02	Receitas Financeiras	1.609.965	1.095.119
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.513.394	4.436.641
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.513.394	4.436.641
7.08.01	Pessoal	271.377	230.280
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.780.950	1.725.760
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	802.314	63.762
7.08.03.03	Outras	802.314	63.762
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	802.314	63.762
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.658.753	2.416.839

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	29.121.524	18.679.674
1.01	Ativo Circulante	11.549.115	13.681.733
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.273.521	3.998.721
1.01.03	Contas a Receber	10.275.594	9.683.012
1.01.03.01	Clientes	10.196.604	9.641.389
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	10.196.604	9.641.389
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	78.990	41.623
1.01.03.02.01	Contas a Receber com partes relacionadas	75	384
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	1.529	1.514
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	39.438	29.513
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	37.948	10.212
1.02	Ativo Não Circulante	17.572.409	4.997.941
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.189.765	1.885.401
1.02.01.03	Contas a Receber	30.530	20.192
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	30.530	20.192
1.02.01.06	Tributos Diferidos	718.630	756.734
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	718.630	756.734
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.440.605	1.108.475
1.02.01.09.03	Investimentos financeiros derivativos	187.122	0
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.253.483	1.108.475
1.02.02	Investimentos	111.219	69.010
1.02.03	Imobilizado	801.700	723.915
1.02.04	Intangível	14.469.725	2.319.615

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	29.121.524	18.679.674
2.01	Passivo Circulante	6.377.498	10.267.544
2.01.02	Fornecedores	3.555.532	4.280.530
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.555.532	4.280.530
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	1.679.753	1.330.176
2.01.02.01.02	Antecipação de Recebíveis com Emissores	1.213.375	2.250.035
2.01.02.01.03	Fornecedores	662.404	700.319
2.01.03	Obrigações Fiscais	163.682	442.548
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.143.425	4.833.602
2.01.05	Outras Obrigações	514.859	710.864
2.01.05.02	Outros	514.859	710.864
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.600	475.801
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	448.259	235.063
2.02	Passivo Não Circulante	12.960.946	4.087.730
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.252.097	2.506.140
2.02.02	Outras Obrigações	14.467	13.292
2.02.03	Tributos Diferidos	324.250	344.665
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	324.250	344.665
2.02.04	Provisões	1.370.132	1.223.633
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.370.132	1.223.633
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	1.370.132	1.223.633
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.783.080	4.324.400
2.03.01	Capital Social Realizado	2.500.000	2.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-84.275	-118.624
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-144.554	-194.478
2.03.02.07	Reserva de Capital	60.279	75.854
2.03.04	Reservas de Lucros	3.705.274	2.421.765
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	14.003	5.969
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.648.078	15.290

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.918.057	8.065.602	1.938.462	5.596.878
3.01.01	Receita Operacional	3.209.071	8.874.244	2.134.721	6.151.184
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-291.014	-808.642	-196.259	-554.306
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.444.909	-3.741.042	-781.288	-2.144.796
3.03	Resultado Bruto	1.473.148	4.324.560	1.157.174	3.452.082
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-369.784	-1.061.272	-306.620	-851.059
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-369.784	-1.061.272	-306.620	-851.059
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-128.064	-364.248	-86.513	-250.690
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-119.467	-341.519	-98.757	-270.083
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-52.373	-177.760	-69.235	-194.713
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-72.006	-187.224	-54.615	-143.599
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	2.126	9.479	2.500	8.026
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.103.364	3.263.288	850.554	2.601.023
3.06	Resultado Financeiro	258.287	805.636	377.632	1.005.000
3.06.01	Receitas Financeiras	603.696	1.640.795	409.504	1.097.425
3.06.01.01	Receitas Financeiras	30.513	107.484	4.557	11.796
3.06.01.02	Resultado com Antecipação de Recebíveis	572.399	1.528.933	404.665	1.085.443
3.06.01.03	Variação Cambial, Líquida	784	4.378	282	186
3.06.02	Despesas Financeiras	-345.409	-835.159	-31.872	-92.425
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-345.409	-835.159	-31.872	-92.425
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.361.651	4.068.924	1.228.186	3.606.023
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-443.109	-1.316.660	-407.678	-1.182.695
3.08.01	Corrente	-373.340	-1.304.220	-438.099	-1.299.432
3.08.02	Diferido	-69.769	-12.440	30.421	116.737
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	918.542	2.752.264	820.508	2.423.328
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	918.542	2.752.264	820.508	2.423.328
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	877.456	2.658.753	817.371	2.416.839
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	41.086	93.511	3.137	6.489

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,46714	1,41347	0,43440	1,28261
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,46591	1,40976	0,43301	1,27854

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	918.542	2.752.264	820.508	2.423.328
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.287	8.034	144	223
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	276.449	416.443	77.229	33.849
4.02.02	Resultado com Instrumentos de "Hedge" s/ Operações no Exterior, Líq dos Efeitos Tributários	-266.162	-408.409	-77.085	-33.626
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	928.829	2.760.298	820.652	2.423.551
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	887.743	2.666.787	817.515	2.417.062
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	41.086	93.511	3.137	6.489

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.686.776	2.746.934
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.047.192	4.311.922
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	4.068.924	3.606.023
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	640.591	313.234
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. Intang. Líq	26.416	-367
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	13.937	25.011
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	17.241	16.766
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	133.644	97.988
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	155.405	146.050
6.01.01.11	Receita com Antecipação de Recebíveis a apropriar	56.785	35.865
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	787.158	72.139
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	250.181	750
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-9.479	-8.026
6.01.01.15	Participação dos acionistas não controladores	93.511	6.489
6.01.01.16	Resultados não realizados com derivativos	-187.122	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.518.522	-92.674
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-612.000	-179.148
6.01.02.02	Contas a Receber de Controladas e Controladas em Conjunto	309	297
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	-15	-159
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circ. / Não Circulante)	-20.263	-15.450
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-145.008	-114.072
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-27.736	9.416
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-820.727	102.929
6.01.02.08	Fornecedores	-37.915	142.911
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	32.879	-15.453
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante e Não Circulante)	120.860	8.068
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-8.906	-32.013
6.01.03	Outros	-1.841.894	-1.472.314
6.01.03.02	Juros Pagos	-463.457	-51.241
6.01.03.03	IR e CS pagos	-1.378.437	-1.421.073
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.482.406	-393.245
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas e "Joint Ventures" e coligada	-17.731	-1.000
6.02.04	Ágio em investimentos de controladas e coligada	-14.999	0
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, líquido da Provisão para Perdas	-8.449.676	-392.245
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.982.449	-2.319.965
6.03.01	Captação de empréstimos	9.232.459	115.865
6.03.04	Aquisição de Ações em Tesouraria	-17.304	-229.721
6.03.05	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-1.338.637	-2.007.546
6.03.06	IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio Pagos	-27.135	-10.020
6.03.07	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	34.412	23.456
6.03.09	Pagamento de Principal de Empréstimos	-4.901.346	-211.999
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	87.981	6.040

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.725.200	39.764
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.998.721	423.062
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.273.521	462.826

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.000.000	-118.624	2.421.765	0	5.969	4.309.110	15.290	4.324.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.000.000	-118.624	2.421.765	0	5.969	4.309.110	15.290	4.324.400
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	34.349	-1.375.244	0	0	-840.895	3.539.277	2.698.382
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-17.304	0	0	0	-17.304	0	-17.304
5.04.09	Opção de Ações Outorgadas	0	17.241	0	0	0	17.241	0	17.241
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	34.412	0	0	0	34.412	0	34.412
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2014	0	0	-283.859	0	0	-283.859	0	-283.859
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios Pagos	0	0	-410.685	0	0	-410.685	0	-410.685
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-114.100	0	0	-114.100	0	-114.100
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-66.600	0	0	-66.600	0	-66.600
5.04.15	Efeito dos Acionistas Não controladores sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	3.539.277	3.539.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2.658.753	0	8.034	2.666.787	93.511	2.760.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	2.658.753	0	0	2.658.753	93.511	2.752.264
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.034	8.034	0	8.034
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	416.443	416.443	0	416.443
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-408.409	-408.409	0	-408.409
5.07	Saldos Finais	2.500.000	-84.275	3.705.274	0	14.003	6.135.002	3.648.078	9.783.080

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	62.582	2.251.795	0	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	-189.499	-2.597.156	0	0	-1.786.655	-5.851	-1.792.506
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-229.721	0	0	0	-229.721	0	-229.721
5.04.09	Opção de Ações Outorgadas	0	16.766	0	0	0	16.766	0	16.766
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Opção de Ações	0	23.456	0	0	0	23.456	0	23.456
5.04.11	Dividendos Pagos adicionais aos Mínimos Obrigatórios de 2013	0	0	-500.410	0	0	-500.410	0	-500.410
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios Pagos	0	0	-996.846	0	0	-996.846	0	-996.846
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-66.800	0	0	-66.800	0	-66.800
5.04.14	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-33.100	0	0	-33.100	0	-33.100
5.04.15	Efeito dos Acionistas não controladores sobre Entidades Consolidadas	0	0	0	0	0	0	-5.851	-5.851
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2.416.839	0	223	2.417.062	6.489	2.423.551
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	2.416.839	0	0	2.416.839	6.489	2.423.328
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	223	223	0	223
5.05.02.06	Varição Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	33.849	33.849	0	33.849
5.05.02.07	Resultado com Instrumentos de "Hedge" de Investimentos no Exterior, Líquidos dos Efeitos Tributários	0	0	0	0	-33.626	-33.626	0	-33.626
5.07	Saldos Finais	2.000.000	-126.917	2.071.478	0	5.671	3.950.232	12.692	3.962.924

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	8.740.600	6.053.196
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.874.244	6.151.184
7.01.02	Outras Receitas	-133.644	-97.988
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e "Chargebacks"	-133.644	-97.988
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.518.765	-2.193.118
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.089.863	-1.797.839
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-370.613	-338.128
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-39.179	-4.129
7.02.04	Outros	-19.110	-53.022
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.221.835	3.860.078
7.04	Retenções	-640.591	-313.234
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-640.591	-313.234
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.581.244	3.546.844
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.575.220	1.098.962
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.479	8.026
7.06.02	Receitas Financeiras	1.659.252	1.097.425
7.06.03	Outros	-93.511	-6.489
7.06.03.01	Participação dos Acionistas não controladores	-93.511	-6.489
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.156.464	4.645.806
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.156.464	4.645.806
7.08.01	Pessoal	445.805	346.319
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.204.995	1.782.308
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	846.911	100.340
7.08.03.03	Outras	846.911	100.340
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	846.911	100.340
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.658.753	2.416.839

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS:

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Cielo”), de suas controladas e coligada (denominadas em conjunto “Grupo”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, acompanhados do relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) dos nossos Auditores Independentes.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações contábeis consolidadas contemplam os saldos das contas da Cielo (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança, bem como das controladas indiretas Me-S e M4Produtos. O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo e da coligada Stelo são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis do resultado a partir da data da efetiva aquisição. Quando necessário, essas informações contábeis são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis consolidadas.

DESTAQUES 3T15

- Volume financeiro de transações totalizou R\$137,3 bilhões, aumento de 6,6% em relação ao 3T14, ou R\$8,5 bilhões, e aumento de 5,9% em relação ao 2T15, ou R\$7,6 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou R\$2.918,1 milhões, aumento de 50,5% em relação ao 3T14, ou R\$979,6 milhões, e aumento de 4,4% em relação ao 2T15, ou R\$122,3 milhões;
- Antecipação de Recebíveis atingiu 19,4% sobre o volume financeiro de crédito, aumento de 1,7 ponto percentual em relação ao 3T14, e aumento de 0,9 ponto percentual em relação ao 2T15;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$877,5 milhões, aumento de 7,4% em relação ao 3T14, ou R\$60,1 milhões, e aumento de 0,9% em relação ao 2T15, ou R\$8,1 milhões;
- EBITDA de R\$1.361,6 milhões, aumento de 42,2% em relação ao 3T14, ou R\$404,3 milhões, e aumento de 0,4% em relação ao 2T15, ou R\$5,8 milhões.

DESEMPENHO OPERACIONAL 3T15

VOLUME FINANCEIRO DE TRANSAÇÕES

No 3T15, o volume financeiro de transações totalizou R\$137,3 bilhões, representando um acréscimo de 6,6% quando comparado aos R\$128,8 bilhões no mesmo período em 2014, e aumento de 5,9% quando comparado aos R\$129,7 bilhões do 2T15.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$79,6 bilhões no 3T15, o que representou um crescimento de 1,3% em relação ao 3T14 e aumento de 2,8% em relação ao 2T15.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$57,7 bilhões no 3T15, um crescimento de 15,0% em relação ao 3T14 e aumento de 10,4% em relação ao 2T15.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO 3T15

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 30 DE JUNHO DE 2015

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Cielo e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo Ourocard, do aluguel de POS, e de outras receitas, aumentou R\$122,3 milhões, ou 4,4%, para R\$2.918,1 milhões no 3T15, comparada com R\$2.795,8 milhões no 2T15. O acréscimo na receita líquida está substancialmente relacionado à contínua expansão dos negócios da Cielo e de suas controladas, bem como ao efeito da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA, da controlada Me-S.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R\$142,1 milhões, ou 10,9%, para R\$1.444,9 milhões no 3T15, quando comparado aos R\$1.302,8 milhões no 2T15. O aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$74,8 milhões nos custos das controladas Merchant e-Solutions, resultado da apreciação do dólar médio do trimestre e da contínua expansão dos negócios; e da M4U, em decorrência do aumento nas vendas de crédito de celular;
- (ii) Acréscimo líquido de R\$45,1 milhões nos custos das atividades de aquisição, basicamente representados por:
 - a. Acréscimo de R\$23,4 milhões nos custos relacionados à transação, como captura e processamento, centrais de atendimento, fee das bandeiras e de telecomunicações, dado o aumento no volume de transações;
 - b. Acréscimo de R\$16,1 milhões nos custos vinculados aos equipamentos, incluindo depreciação, instalação, manutenção e ativação de terminais POS, decorrente do crescimento da quantidade de transações no 3T15, bem como do aumento nos gastos com os operadores logísticos, em função de alterações na legislação trabalhista; e
 - c. Acréscimo de R\$ 5,6 milhões nos custos vinculados a contratação de serviços profissionais relacionados a projetos corporativos.
- (iii) Acréscimo de R\$20,6 milhões nos custos vinculados a gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard, como fee das bandeiras, centrais de atendimento, suprimentos, emissão e gestão de cartões, em decorrência da contínua expansão dos negócios da controlada Catenó.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R\$6,6 milhões, ou 1,8%, para R\$369,8 milhões no 3T15, comparadas com R\$363,2 milhões no 2T15. As principais variações são como seguem:

Comentário do Desempenho

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$3,9 milhões ou 3,4%, para R\$119,5 milhões no 3T15, comparados com os R\$115,6 milhões no 2T15. O aumento está substancialmente relacionado ao reajuste médio de 8,2% definido em Convenção Coletiva ocorrido no 3T15, incluindo o efeito retroativo sobre as provisões para participação nos lucros, 13º salário, férias e respectivos encargos.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram R\$6,0 milhões ou 5,6%, para R\$113,2 milhões no 3T15, comparadas com os R\$107,2 milhões no 2T15. O aumento está substancialmente relacionado à apreciação do dólar no período sobre os gastos com parceiros comerciais (“*partnership fees*”) na controlada Me-S, bem como com as despesas incorridas com a prospecção de novos clientes na Cielo.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$17,9 milhões ou 25,5%, para R\$52,4 milhões no 3T15, comparadas com os R\$70,3 milhões no 2T15. A redução decorre de menores gastos incorridos no 3T15 com campanhas de vendas e parcerias, ações relacionadas à fidelização de clientes e compra de mídia institucional.

Equivalência patrimonial – O resultado de equivalência patrimonial reduziu R\$1,5 milhão ou 41,6%, para R\$2,1 milhões de receita no 3T15, comparadas com R\$3,6 milhões no 2T15. A redução está relacionada ao prejuízo da coligada Stelo, decorrente de gastos pré-operacionais, compensado pelo incremento no resultado da controlada em conjunto Orizon.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$12,4 milhões ou 20,8%, para R\$72,0 milhões no 3T15, comparadas com os R\$59,6 milhões no 2T15. O aumento está substancialmente relacionado ao incremento das provisões para contingências de riscos trabalhistas e para perdas com equipamentos de captura de transações, parcialmente compensado pela redução das provisões com créditos incobráveis e *chargeback* no 3T15.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$258,3 milhões no 3T15, um aumento de 18,8% ou R\$40,9 milhões em relação ao 2T15, que obteve um resultado de R\$217,4 milhões. As principais variações são como seguem:

Receitas financeiras - As receitas financeiras aumentaram R\$6,6 milhões ou 27,8%, para R\$30,5 milhões no 3T15, comparadas com os R\$23,9 milhões no 2T15. O acréscimo decorre do aumento do saldo médio das aplicações financeiras, especialmente em decorrência do capital prudencial mínimo mantido como aplicação financeira pela controlada Catenio.

Despesas financeiras - As despesas financeiras aumentaram R\$43,9 milhões ou 14,6%, para R\$345,4 milhões no 3T15, comparadas com os R\$301,5 milhões no 2T15. O aumento decorre substancialmente da elevação da taxa média de juros DI e da apreciação do dólar médio no período.

Resultado com Antecipação de recebíveis – A receita com antecipação de recebíveis apropriada *pró-rata temporis*, líquida do custo de captação com terceiros e do Pis e da Cofins sobre receitas financeiras aumentou R\$78,8 milhões ou 16,0%, para R\$572,4 milhões no 3T15, comparada com os R\$493,6 milhões no 2T15. O acréscimo se deve substancialmente ao aumento do volume financeiro de transações antecipadas (crescimento das antecipações de Grandes Contas), a maiores taxas praticadas dado o aumento da taxa DI, bem como pela redução das despesas financeiras diretamente relacionadas ao ARV no 3T15.

Comentário do Desempenho

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 30 DE SETEMBRO DE 2014

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Cielo e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionadas ao Arranjo Ourocard, do aluguel de POS, e de outras receitas aumentou 50,5% ou R\$979,6 milhões, para R\$2.918,1 milhões no 3T15, comparada com R\$1.938,5 milhões no 3T14. O acréscimo na receita líquida está substancialmente relacionado ao início das atividades operacionais da Cateno, consolidada a partir de 27 de fevereiro de 2015, à contínua expansão dos negócios da Cielo e de suas controladas, bem como, ao efeito da apreciação do dólar na receita gerada nos EUA, da controlada Me-S.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R\$663,6 milhões, ou 84,9%, para R\$1.444,9 milhões no 3T15, quando comparado aos R\$781,3 milhões no 3T14. O aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$408,4 milhões nos custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard, como fee das bandeiras, centrais de atendimento, suprimentos e gestão de cartões, dado o início das atividades operacionais da Cateno desde o 1T15;
- (ii) Acréscimo de R\$211,9 milhões nos custos das controladas Merchant e-Solutions, resultado da apreciação do dólar médio do trimestre e da contínua expansão dos negócios; e da M4U, decorrente do aumento nas vendas de crédito de celular;
- (iii) Acréscimo líquido de R\$37,1 milhões nos custos das atividades de aquisição, basicamente representados por:
 - a. Acréscimo de R\$23,2 milhões nos custos vinculados aos equipamentos, como depreciação, instalação, manutenção e ativação de terminais POS, decorrente substancialmente do incremento da base de equipamentos ativos, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, e do aumento nos gastos com os operadores logísticos, em função de alterações na legislação trabalhista; e
 - b. Acréscimo de R\$13,9 milhões nos custos relacionados à transação, como captura e processamento, centrais de atendimento, fee das bandeiras e de telecomunicações, dado substancialmente ao aumento no volume de transações.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R\$63,2 milhões, ou 20,6%, para R\$369,8 milhões no 3T15, comparadas com R\$306,6 milhões no 3T14. As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$20,7 milhões ou 21,0%, para R\$119,5 milhões no 3T15, comparados com os R\$98,8 milhões no 3T14. O aumento decorre do acréscimo no quadro de profissionais alocados em projetos e fortalecimento da área comercial, ao reajuste definido em Convenção Coletiva de 8,2% sobre salários e reflexos na provisão de 13º, PLR, férias e respectivos encargos; bem como do início da consolidação dos gastos com funcionários relacionados aos serviços de gestão de contas de pagamento na controlada Cateno.

Comentário do Desempenho

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram R\$35,6 milhões ou 45,9%, para R\$113,2 milhões no 3T15, comparadas com os R\$77,6 milhões no 3T14. O aumento está substancialmente relacionado à apreciação do dólar no período sobre os gastos com parceiros comerciais (“*partnership fees*”) na controlada Me-S, bem como das despesas incorridas com a prospecção de novos clientes na Cielo.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$16,8 milhões ou 24,4%, para R\$52,4 milhões no 3T15, comparadas com os R\$69,2 milhões no 3T14. A redução decorre de menores gastos incorridos no 3T15 com campanhas de vendas e parcerias, ações relacionadas à fidelização de clientes e compra de mídia institucional, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Equivalência patrimonial – O resultado de equivalência patrimonial reduziu R\$0,4 milhão ou 15,0%, para R\$2,1 milhões de receita no 3T15, comparado com R\$2,5 milhões no 3T14. A redução está relacionada ao prejuízo da coligada Stelo, decorrente de gastos pré-operacionais, compensado pelo incremento no resultado da controlada em conjunto Orizon.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$17,4 milhões ou 31,8%, para R\$72,0 milhões no 3T15, comparadas com os R\$54,6 milhões no 3T14. O aumento está substancialmente relacionado ao incremento na provisão para perdas de equipamentos de captura Chip&Senha (para soluções *mobile*).

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$258,3 milhões no 3T15, uma redução de 31,6% ou R\$119,3 milhões em relação ao 3T14, que obteve um resultado de R\$377,6 milhões. As principais variações são como seguem:

Receitas financeiras - As receitas financeiras aumentaram R\$25,9 milhões, para R\$30,5 milhões no 3T15, comparadas com os R\$4,6 milhões no 3T14. O acréscimo decorre substancialmente do aumento do saldo médio das aplicações financeiras, especialmente em decorrência do capital prudencial mínimo mantido como aplicação financeira pela controlada Cateno.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$313,5 milhões, para R\$345,4 milhões no 3T15, comparadas com os R\$31,9 milhões no 3T14. O crescimento decorre do aumento do endividamento médio com terceiros, substancialmente representado pela emissão de debêntures públicas e privadas, cujo recurso foi destinado à constituição da controlada Cateno, no âmbito da associação com o Banco do Brasil.

Resultado com antecipação de recebíveis - A receita com antecipação de recebíveis apropriada *pró-rata temporis*, líquida do custo de captação com terceiros e do Pis e da Cofins sobre receitas financeiras aumentou R\$167,7 milhões, para R\$572,4 milhões no 3T15, comparado com os R\$404,7 milhões no 3T14. O acréscimo está substancialmente representado pela contínua expansão do produto ARV (aumento no volume antecipado) e de maiores taxas praticadas dado o aumento sucessivo da taxa DI.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$1.361,6 milhões no 3T15, aumento de 42,2% em relação ao 3T14 e aumento de 0,4% em relação ao 2T15.

EBITDA (R\$ milhões)	3T15	3T14	2T15
Lucro Líquido Cielo	877,5	817,4	869,4
Participação dos acionistas que não a Cielo S.A.	41,1	3,1	38,1
Resultado Financeiro	(258,3)	(377,6)	(217,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social	443,1	407,7	439,6
Depreciação e Amortização	<u>258,2</u>	<u>106,7</u>	<u>226,1</u>
EBITDA	1.361,6	957,3	1.355,8
% Margem EBITDA	46,7%	49,4%	48,5%

Comentário do Desempenho

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas que não a Cielo S.A.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e a rentabilidade.

O EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Cielo que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Cielo adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, através (a) da adoção pela Cielo de sistemas adequados de tomada de decisões e o seu monitoramento, (b) da criação de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa, (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis, (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de forma colegiada e individual, (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente, (f) da existência de calendário anual de pautas do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa, (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo Conflito de Interesses; (i) da existência do Código de Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, que estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas.

O Conselho de Administração da Cielo, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. A Diretoria Executiva da Cielo é composta por 07 (sete) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Também, demonstrando a aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 5 (cinco) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Comitê de Sustentabilidade; e a Diretoria Executiva possui 8 (oito) fóruns de assessoramento.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração, composto por 05 (cinco) membros, sendo 02 (dois) membros independentes.

Comentário do Desempenho

Quanto à sustentabilidade, a Companhia mantém práticas estruturadas, tais como, a publicação de um Relatório de Sustentabilidade auditado e orientado por padrões internacionais, a realização e divulgação de um Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa e a implementação de diversas políticas que abordam questões importantes como meio ambiente, responsabilidade corporativa, dentre outras, contribuindo para um meio ambiente saudável e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Desde 2011, a Cielo possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional. A partir de 2014, a Cielo passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa e, desde 2015, integra o índice de Sustentabilidade Euronext-Vigeo EM70.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 3T15, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Confirmamos que não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa no 3º trimestre de 2015.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários, investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de Revisão das Informações Trimestrais-ITR realizada pelos auditores independentes em 05 de novembro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados, e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, SP, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “CIEL3”, e suas subsidiárias integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas diretas e indiretas, controladas em conjunto (“joint ventures”) e coligada, também designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, é como segue:

Controladas diretas

- **Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento.
- **Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)** - Tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.
- **Multisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multisplay”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; no comércio varejista e atacadista de cartões e recargas para telefones e dispositivos móveis, pré-pagos e afins.
- **Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)** - Tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
- **Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. (“Cateno”)**, anteriormente denominada *Token Gestão de Contas de Pagamentos S.A. (“Token”)* - Tem como objeto social principal a prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, o desenvolvimento de outras atividades correlatas de interesse da Companhia e detenção de participações societárias em outras sociedades.
- **Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (“Aliança”)** - Tem como objeto social principal a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

Notas Explicativas

- **Cielo Cayman Island (“Cielo Cayman”)** - Empresa sediada nas Ilhas Cayman cujo objeto social consiste, primordialmente, na participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira até o período findo em 30 de setembro de 2015.

Controladas indiretas

- **M4Produtos e Serviços S.A. (“M4Produtos”)** - Controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- **Merchant e-Solutions, Inc. (“Me-S”)** - Controlada da Cielo USA, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais.

Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

- **Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. (“Orizon”)** - Seu objeto social consiste no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- **Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
- **Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”)** - Controlada da Orizon até março de 2014, quando foi alienada para outro grupo econômico.
- **Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. (“Guilher”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
- **Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

Notas Explicativas

Coligada Indireta

- **Stelo S.A. (“Stelo”)** - Coligada da Aliança, tem como objeto social principal atuar como facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico. A Stelo se encontra em fase inicial de suas operações.

Novos negócios societários

- Participação no capital social da Stelo, por meio da controlada Aliança Pagamentos e Participações Ltda.:

Em 16 de abril de 2014, a Cielo informou ao mercado a celebração de memorando de entendimentos com a Cia Brasileira de Soluções e Serviços (“CBSS”), companhia controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., para participação no capital social da Stelo, subsidiária integral da CBSS.

Para a participação no capital social da Stelo, em junho de 2015, a Cielo aportou na Aliança, o montante de R\$32,7 milhões, enquanto a Servinet aportou R\$ 300 mil na operação. No mesmo período a Aliança, adquiriu 30% do capital social da Stelo, no montante total de R\$32,7 milhões. Não houve qualquer endividamento adicional com a finalidade específica de financiar a participação da Cielo, por meio de sua subsidiária Aliança, no capital social da Stelo.

- Criação da empresa Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. em associação com a subsidiária do Banco do Brasil S.A.:

Em 27 de fevereiro de 2015, foram firmados os documentos que concluíram a formação da associação entre Cielo e a BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo Cartões”), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno - Gestão de Contas de Pagamento S.A. (“Cateno”), cujo objetivo é o de gerir as transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos, conforme autorização prévia concedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13.

A Cateno tem o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pela BB Elo Cartões, sendo que, para a formação da associação, a BB Elo Cartões aportou ativos intangíveis relacionados ao Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto a Sociedade aportou R\$8,1 bilhões na operação. O montante aportado pela Sociedade é composto por: (i) R\$ 3,5 bilhões oriundos das primeira, segunda e terceira emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, de distribuição privada, e (ii) R\$4,6 bilhões referentes ao pagamento, por conta da BB Elo Cartões, dos tributos incidentes sobre a operação.

O Arranjo de Pagamento Ourocard consiste no conjunto de regras e procedimentos que disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público relacionado às transações de compras dos cartões de crédito e débito emitidos pelo Banco do Brasil nas bandeiras Visa, Mastercard, American Express e Elo, excluindo cartões relacionados aos negócios pré-pagos, soluções de meios de pagamento fornecidas a entes governamentais e cartões private label emitidos no âmbito de parcerias atuais firmadas com varejistas.

Notas Explicativas

Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente, o ativo intangível relacionado ao Arranjo Ourocard aportado pela BB Elo Cartões foi avaliado em R\$ 11,6 bilhões, com vida útil estimada em 30 anos, a ser amortizado linearmente.

- Aumento de participação no capital social da Multidisplay:

Em 27 de agosto de 2015, a Cielo informou ao mercado em geral e aos demais interessados que assinou documentos para a realização de aumento de participação em sua controlada direta Multidisplay, que por sua vez é a controladora da M4Produtos. A operação prevê a participação da Cielo passando de 50,10% para 91,44% do capital total, por meio do investimento de R\$82,7 milhões.

A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de condições suspensivas incluindo, mas não se limitando, a obtenção das autorizações aplicáveis do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 23 de dezembro de 2014, foram emitidas alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas em função de alterações feitas na IAS 27 - Separate Financial Statements pelo IASB, com a inclusão da possibilidade da adoção do método da equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas e consequentes alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais passaram a estar em conformidade com as IFRSs a partir de 31 de dezembro de 2014, em virtude de já adotar o método da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos em controladas, em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto.

2.2 Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

Notas Explicativas

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

Notas Explicativas

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comerciais

- a. Antecipação de recebíveis - Contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de antecipações de recebíveis, registrado pelo valor antecipado, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de juros contratadas nessas operações.
- b. Valores a receber de transações financeiras processadas - representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.
- c. Valores a receber de estabelecimentos comerciais - representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- d. Transações pendentes de repasse - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos comerciais deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.
- e. Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.
- f. Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.7 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

2.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Notas Explicativas

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas informações financeiras individuais. Nas informações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.11 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.12 Benefícios a empregados

A Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Notas Explicativas

2.13 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 17.(g). Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.15 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, bem como aos de sua controlada Servinet, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.16 Ativos e passivos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”. Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Notas Explicativas

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo por meio do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.17 Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um hedge de fluxo de caixa ou um hedge de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes, e quando qualificados como um hedge de valor justo, o objeto e o instrumento de hedge são registrados no resultado pelos valores justos.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do hedge quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de hedge são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de hedge é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como hedge ou caracterizados com hedge de valor justo são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

2.18 Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

2.19 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As novas IFRSs emitidas pelo IASB e ainda não em vigor são:

- **IFRS 9** - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);
- **IFRS 15** - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018).

A Administração da Sociedade avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.20 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades da Sociedade passaram a estar sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central. Neste sentido, a Sociedade está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão

Notas Explicativas

de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central.

Em complementariedade às Informações financeiras consolidadas e individuais, elaboradas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade estará sujeita a divulgar também, a partir da autorização a ser manifestada pelo órgão regulador, as Informações Financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, que diverge de algumas práticas adotadas atualmente (descritas nas notas explicativas 2.1 a 2.18) e cujos efeitos poderão ser diferentes.

A Sociedade já realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do Banco Central.

3 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos acionistas da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo. Quando necessário, as informações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Me-S e M4Produtos.

Notas Explicativas

3.1 Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Cielo USA	100,00	100,00	100,00	100,00
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	99,99	99,99	99,99	99,99
Aliança	99,99	99,99	99,99	99,99
Cateno	70,00	-	70,00	-
Controladas indiretas:				
M4Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Me-S	100,00	100,00	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de setembro de 2015 e de 31 de dezembro de 2014 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014:

	30/09/2015							
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA	Cateno	Aliança
Ativo:								
Circulante	37.627	39.683	71.142	18.724	1.235.506	10.345	1.018.347	-
Não circulante	25.546	33.991	25.780	15.602	355.127	3.175.432	11.420.524	29.931
Total do ativo	63.173	73.674	96.922	34.326	1.590.633	3.185.777	12.438.871	29.931
Total do ativo em 31 de dezembro de 2014	64.622	63.013	107.999	31.474	808.511	2.237.535		
Passivo e patrimônio líquido:								
Circulante	28.568	31.511	80.881	4.626	967.272	15.946	321.401	-
Não circulante	17.345	-	162	105	15.469	1.906.139	-	-
Patrimônio líquido	17.260	42.163	15.879	29.595	607.892	1.263.692	12.117.470	29.931
Total do passivo e patrimônio líquido	63.173	73.674	96.922	34.326	1.590.633	3.185.777	12.438.871	29.931
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	64.622	63.013	107.999	31.474	808.511	2.237.535		

Notas Explicativas

	30/09/2015							
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA	Cateno	Aliança
Resultado:								
Receita líquida	99.061	316.521	66.917	27.052	1.155.276	-	1.384.592	-
Lucro (prejuízo) bruto	97.205	14.679	34.778	12.188	335.739	(67.685)	448.660	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	5.508	10.297	16.759	4.272	130.167	13.251	403.401	(2.799)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.124	8.906	17.043	4.906	129.603	(19.631)	448.127	(2.799)
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>4.733</u>	<u>9.755</u>	<u>10.033</u>	<u>2.770</u>	<u>80.060</u>	<u>18.201</u>	<u>295.479</u>	<u>(2.799)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período findo em 30 de setembro de 2014	<u>4.430</u>	<u>13.004</u>	<u>11.188</u>	<u>3.068</u>	<u>40.123</u>	<u>(2.021)</u>		

3.2 Controladas em conjunto (“Joint ventures”) e Coligada

As participações nas controladas em conjunto e coligada incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Controladas em conjunto:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Guilher	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00
Coligada:				
Stelo	30,00	-	30,00	-

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das “joint ventures” e coligada em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014:

	30/09/2015				
	Orizon	Prevsáude	Paggo	Guilher	Stelo
Ativo:					
Circulante	135.810	19.785	1	14.341	26.774
Não circulante	<u>67.503</u>	<u>493</u>	<u>349</u>	<u>15</u>	<u>41.747</u>
Total do ativo	<u>203.313</u>	<u>20.278</u>	<u>350</u>	<u>14.356</u>	<u>68.521</u>
Total do ativo em 31 de dezembro de 2014	<u>174.762</u>	<u>15.052</u>	<u>390</u>	<u>3.334</u>	
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante	14.091	1.274	209	13.824	18.747
Não circulante	1.300	88	-	-	-
Patrimônio líquido	<u>187.922</u>	<u>18.916</u>	<u>141</u>	<u>532</u>	<u>49.774</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>203.313</u>	<u>20.278</u>	<u>350</u>	<u>14.356</u>	<u>68.521</u>
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014	<u>174.762</u>	<u>15.052</u>	<u>390</u>	<u>3.334</u>	

Notas Explicativas

	30/09/2015					
	Orizon	Prevsau�de	Paggo	Guilher	Stelo	Precisa
Resultado:						
Receita líquida	103.108	8.974	-	3.436	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	44.116	6.183	-	313	(3.365)	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	28.916	6.044	(40)	279	(14.540)	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribui�o social	37.934	7.368	(41)	680	(14.135)	-
Lucro (prejuízo) líquido do período	30.033	5.875	(41)	562	(9.329)	-
Lucro (prejuízo) líquido do período findo em 30 de setembro de 2014	20.077	4.992	(391)	(451)		2.747

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	28.200	25.082	29.975	26.208
Moeda estrangeira	774	20.037	379.062	206.941
Aplica�es financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	6.344	3.705.009	779.323	3.737.513
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	63.473	5.901	82.192	26.051
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	2.969	2.008	2.969	2.008
Total	101.760	3.758.037	1.273.521	3.998.721

As aplica es financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 30 de setembro de 2015, as aplica es financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 100,93% (100,55% em 31 de dezembro de 2014), da taxa DI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos da América) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas institui es financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associa es de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquida o financeira das transa es com os estabelecimentos comerciais.

As aplica es financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

Notas Explicativas

5 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Antecipação de recebíveis (a)	8.946.417	9.112.285	8.946.417	9.112.285
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	677.938	275.193
Valores a receber de intercâmbio dos estabelecimentos comerciais (c)	-	-	171.350	103.457
Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais (d)	-	-	251.936	-
Trava de domicílio bancário (e)	5.470	11.952	5.470	11.952
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (f)	15.590	7.294	15.590	7.294
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (g)	-	-	84.733	78.162
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (h)	28.741	43.512	28.741	43.512
Outras contas a receber	4.788	4.552	14.429	9.534
Total	9.001.006	9.179.595	10.196.604	9.641.389

- (a) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais referente a transações de cartões que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais. Em 30 de setembro de 2015, o referido montante está líquido da receita com antecipação de recebíveis recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$ 349.381 (R\$292.596 em 31 de dezembro de 2014), a ser apropriada conforme a fluência dos prazos das operações, uma vez que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.
- (b) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (c) São representados pelo valores a receber referente às taxas de intercâmbio que a controlada Me-S realiza para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações.
- (d) O saldo corresponde às comissões auferidas pela controlada Cateno decorrentes dos serviços de gestão de contas de pagamento no Arranjo Ourocard. De forma geral, as taxas oriundas de transações com cartão de crédito são liquidadas em 28 dias e as decorrentes de operações com cartão de débito são liquidadas 1 dia útil após a transação.
- (e) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (f) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (g) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4Produtos e Multidisplay por meio de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (h) Correspondem substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito (“chargeback”).

Notas Explicativas

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
A vencer	8.972.265	9.136.083	10.167.863	9.597.877
Vencidos até 45 dias	<u>28.741</u>	<u>43.512</u>	<u>28.741</u>	<u>43.512</u>
Total	<u>9.001.006</u>	<u>9.179.595</u>	<u>10.196.604</u>	<u>9.641.389</u>

6 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	453.065	403.111	458.962	408.715
Provisão para despesas diversas	163.389	335.667	243.717	343.888
Provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e com créditos incobráveis	<u>15.952</u>	<u>4.131</u>	<u>15.951</u>	<u>4.131</u>
Total	<u>632.406</u>	<u>742.909</u>	<u>718.630</u>	<u>756.734</u>

b. Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	<u>Consolidado</u>	
	30/09/2015	31/12/2014
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	308.781	337.263
Outras diferenças temporárias	<u>15.469</u>	<u>7.402</u>
Total	<u>324.250</u>	<u>344.665</u>

Notas Explicativas

O imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo em 30 de setembro de 2015, conforme demonstrado no item 6 (a), foram constituídos sobre diferenças temporárias. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis, no montante de R\$ 179.341 (R\$ 259.668 no consolidado) serão realizados, principalmente, durante o exercício de 2015. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 453.065 (R\$ 458.962 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 37,7% das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 16.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.248.097	1.219.049	3.800.366	3.590.053	1.361.651	1.228.186	4.068.924	3.606.023
Alíquotas vigentes - %	34	34	34	34	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(424.353)	(414.477)	(1.292.124)	(1.220.618)	(462.961)	(417.583)	(1.383.434)	(1.226.048)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	22.644	11.254	61.438	33.966	22.644	11.254	61.438	33.966
Benefício fiscal de P&D	-	-	14.331	10.037	-	-	14.331	10.037
Equivalência patrimonial	33.912	3.892	83.947	6.806	723	850	3.223	2.729
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(2.844)	(2.347)	(9.205)	(3.405)	(3.515)	(2.199)	(12.218)	(3.379)
Imposto de renda e contribuição social	(370.641)	(401.678)	(1.141.613)	(1.173.214)	(443.109)	(407.678)	(1.316.660)	(1.182.695)
Correntes	(278.154)	(428.130)	(1.031.109)	(1.276.969)	(373.340)	(438.099)	(1.304.220)	(1.299.432)
Diferidos	(92.487)	26.452	(110.504)	103.755	(69.769)	30.421	(12.440)	116.737

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas, Pronas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, totalizaram R\$ 11.011 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$4.830 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014). No período de três meses findo em 30 de setembro de 2015, os incentivos fiscais contabilizados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e consolidado totalizaram R\$ 3.791 (R\$ 2.743 no período de três meses findo em 30 de setembro de 2014).

Notas Explicativas

7 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Em controladas	9.852.033	910.190	-	-
Em controladas em conjunto	71.145	58.867	71.145	58.867
Em coligada	-	-	14.932	-
Ágio na aquisição de investimentos (a)	56.799	56.799	25.142	10.143
Total	9.979.977	1.025.856	111.219	69.010

- (a) Os ágios decorrentes de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto estão incluídos no valor contábil do investimento nas informações financeiras individuais. Nas informações financeiras consolidadas, os ágios gerados pela aquisição de controladas são reconhecidos no ativo intangível.

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas, controladas em conjunto (“joint ventures”) e coligada referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Patrimônio líquido ajustado		Lucro (prejuízo) do período de nove meses		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	31/12/2014
Controladas:										
Servinet	17.260	22.527	4.733	4.430	99,99	99,99	4.733	4.430	17.260	22.527
Multidisplay	58.536	63.452	9.755	13.004	50,10	50,10	4.886	6.515	29.326	31.790
Braspag	29.595	26.825	2.770	3.068	99,99	99,99	2.770	3.068	29.595	26.825
Cielo USA	1.263.692	829.048	18.201	(2.021)	100,00	100,00	18.201	(2.021)	1.263.692	829.048
Cateno (b)	12.117.470	-	295.479	-	70,00	-	206.835	-	8.482.229	-
Aliança (c)	29.931	-	(2.799)	-	99,99	99,99	(2.799)	-	29.931	-
Total controladas	13.516.484	941.852	328.139	18.481			234.626	11.992	9.852.033	910.190
Controladas em conjunto:										
Orizon (d)	187.922	157.891	30.033	20.077	40,95	40,95	12.299	8.222	71.075	58.776
Paggo	141	181	(41)	(391)	50,00	50,00	(21)	(196)	70	91
Total controladas em conjunto	188.063	158.072	29.992	19.686			12.278	8.026	71.145	58.867
Coligada:										
Stelo	49.774	-	(9.329)	-	30,00	-	(2.799)	-	14.932	-

- (b) A partir de 27 de fevereiro de 2015, as informações financeiras da Cateno passaram a integrar as informações contábeis intermediárias (vide nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional).
- (c) A partir de 12 de junho de 2015, as informações financeiras da Aliança passaram a integrar as informações contábeis intermediárias (vide nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional).
- (d) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2015, os ágios gerados na aquisição de investimentos no balanço individual e os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas em conjunto e coligada no balanço consolidado estão registrados na rubrica de investimentos, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Multidisplay	20.690	20.690	-	-
Braspag	25.966	25.966	-	-
Orizon	10.143	10.143	10.143	10.143
Stelo	-	-	14.999	-
Total	56.799	56.799	25.142	10.143

O detalhamento da natureza dos ágios gerados na aquisição de investimentos registrados na rubrica de investimentos estão na nota explicativa nº 09 - Ágio na aquisição de investimentos.

As principais informações financeiras referente as controladas de forma indireta, controladas em conjunto de forma indireta e coligada, estão apresentadas a seguir:

	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) do período		Participação - %	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	31/12/2014
Prevsauúde	18.916	13.041	5.875	4.992	40,95	40,95
Guilher	532	(30)	562	(451)	40,95	40,95
M4Produtos	15.879	25.444	10.033	11.188	50,10	50,10
Me-S	607.892	349.587	80.060	40.123	100,00	100,00
Stelo	49.774	-	(9.329)	-	30,00	-
Precisa (e)	-	-	-	2.747	-	-

(e) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico.

Na consolidação das informações contábeis intermediárias, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e Me-S, foram utilizadas as informações contábeis de 31 de agosto de 2015 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de setembro de 2015. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de nove meses findo em 31 de agosto de 2015.

A Sociedade possui investimentos em controladas no exterior cujas informações contábeis intermediárias foram originalmente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP"). Não são efetuados ajustes às informações contábeis intermediárias das controladas no exterior, uma vez que não há diferenças relevantes em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	906.980	56.531
Aumento de capital:		
Paggo	1.000	1.000
Variação cambial sobre investimento no exterior	33.849	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Multidisplay	(5.874)	-
Servinet	(6.000)	-
Equivalência patrimonial	<u>20.018</u>	<u>8.026</u>
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>949.973</u>	<u>65.557</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.025.856	69.010
Aumento de capital:		
Cateno	8.390.200	-
Aliança	32.730	-
Stelo	-	17.731
Ágio na aquisição da Stelo	-	14.999
Variação cambial sobre investimento no exterior	416.443	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(7.350)	-
Servinet	(10.000)	-
Cateno	(114.806)	-
Equivalência patrimonial	<u>246.904</u>	<u>9.479</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>9.979.977</u>	<u>111.219</u>

8 Imobilizado

		<u>Controladora</u>			
		<u>30/09/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de captura de transações (*)	33	1.672.296	(1.031.163)	641.133	613.765
Equipamentos de processamento de dados	20	138.837	(64.357)	74.480	74.754
Máquinas e equipamentos	10	45.138	(39.889)	5.249	1.098
Instalações	10	53.579	(11.054)	42.525	7.677
Móveis e utensílios	10	12.458	(4.836)	7.622	3.221
Veículos	20	<u>1.543</u>	<u>(1.033)</u>	<u>510</u>	<u>759</u>
Total		<u>1.923.851</u>	<u>(1.152.332)</u>	<u>771.519</u>	<u>701.274</u>

Notas Explicativas

Consolidado					
30/09/2015					
31/12/2014					
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Equipamentos de captura de transações (*)	33	1.673.803	(1.032.139)	641.664	613.989
Equipamentos de processamento de dados	20	171.581	(82.914)	88.667	85.298
Máquinas e equipamentos	10	57.220	(49.195)	8.025	3.741
Instalações	10	72.507	(18.910)	53.597	15.564
Móveis e utensílios	10	16.009	(6.849)	9.160	4.473
Veículos	20	1.641	(1.054)	587	850
Total		1.992.761	(1.191.061)	801.700	723.915

A movimentação do imobilizado nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 é como segue:

Controladora					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	30/09/2015
Equipamentos de captura de transações (*)	613.765	305.494	(12.960)	(265.166)	641.133
Equipamentos de processamento de dados	74.754	15.885	-	(16.159)	74.480
Máquinas e equipamentos	1.098	4.617	-	(466)	5.249
Instalações	7.677	36.347	-	(1.499)	42.525
Móveis e utensílios	3.221	4.860	-	(459)	7.622
Veículos	759	-	(69)	(180)	510
Total	701.274	367.203	(13.029)	(283.929)	771.519
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	30/09/2014
Total	497.049	323.555	(18.467)	(232.570)	569.567

Notas Explicativas

	Consolidado					30/09/2015
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	Variação cambial	
Equipamentos de captura de transações (*)	613.989	305.848	(13.048)	(265.267)	142	641.664
Equipamentos de processamento de dados	85.298	18.940	(19)	(19.512)	3.960	88.667
Máquinas e equipamentos	3.741	4.682	(1)	(1.245)	848	8.025
Instalações	15.564	40.413	-	(2.380)	-	53.597
Móveis e utensílios	4.473	5.308	(4)	(631)	14	9.160
Veículos	850	-	(69)	(194)	-	587
Total	723.915	375.191	(13.141)	(289.229)	4.964	801.700

	Consolidado					30/09/2014
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Variação cambial	
Total	515.328	329.090	(18.536)	(235.314)	(146)	590.422

(*) Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 30.131 e R\$ 3.715, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía contratos de empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos de captura de transações, conforme descrito na nota explicativa nº 13.(a). Adicionalmente, nessas datas, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

9 Ágio na aquisição de investimentos

Em 30 de setembro de 2015, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registradas na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, no montante de R\$ 1.916.293 (em 31 de dezembro de 2014, o montante totalizava R\$ 1.112.623), conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Multidisplay:		
Ágio na aquisição de controlada	20.690	20.690
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Multidisplay	10.658	10.658
Braspag:		
Ágio na aquisição de controlada	25.966	25.966
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Braspag	13.377	13.377
Me-S	1.845.602	1.041.932
Total	1.916.293	1.112.623

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de ágio nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	989.582
Varição cambial	<u>42.532</u>
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>1.032.114</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.112.623
Varição cambial	611.733
Reclassificação de ágio da Me-S	<u>191.937</u>
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u>1.916.293</u>

Projeto Saúde (“Orizon”)

Em 2008, houve reorganização societária do grupo CBGS e posterior compra de participação de 40,95% de seu capital social pela Cielo por meio da Orizon, cujo processo gerou ágio inicialmente registrado na Sociedade no montante de R\$ 26.269, valor posteriormente reduzido em virtude do reconhecimento de provisão para perda no valor recuperável no montante R\$ 16.126 em função da ausência de expectativa de rentabilidade futura do ágio.

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4Produtos, que juntas são referidas M4U, pelo valor de R\$50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, por meio da até então controlada direta Cielopar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R\$40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Cielopar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$39.343.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

Aquisição do controle - Me-S

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, por meio da sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Me-S.

Notas Explicativas

A Cielo USA, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Me-S; portanto, os ativos líquidos adquiridos, registrados nos livros por R\$ 180.098 em 31 de agosto de 2012, foram avaliados em R\$ 627.581 a valor justo.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA inclui ágio inicial na aquisição das ações no montante de R\$818.875, gerado pela diferença entre o valor justo total, no montante de R\$ 627.581, e o preço de aquisição no montante de R\$ 1.365.256 somado ao saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos de R\$ 81.200. A variação do saldo consolidado do ágio no período decorre de apreciação do dólar e de reclassificações de saldos de ativos intangíveis, líquidos de impostos, alocados na aquisição da Me-S para a rubrica de ágio registrado na Cielo USA.

Aquisição de participação - Stelo

Conforme divulgado em 15 junho de 2015, a Sociedade por meio de sua subsidiária Aliança e a Cia Brasileira de Soluções e Serviços (“CBSS”), companhia controlada pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., assinaram os documentos definitivos, após o cumprimento das condições precedentes, para a subscrição de participação acionária na Stelo, conforme nota explicativa nº 1 - Contexto Operacional.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Aliança inclui ágio inicial na aquisição das ações no montante de R\$14.999 gerado pela diferença entre o percentual de participação no patrimônio líquido total da Stelo e preço de compra no montante de R\$ 32.730.

10 Outros intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

		Controladora			
		30/09/2015		31/12/2014	
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	20	273.854	(146.077)	127.777	112.173
Desenvolvimento de projetos (b)	20	25.054	(16.144)	8.910	10.022
Relacionamento com clientes (c)	10	953	(672)	281	317
Acordo de não competição (d)	7,5	10.284	(7.164)	3.120	4.160
Contratos de serviços (e)	20	11.994	(11.994)	-	-
Total		<u>322.139</u>	<u>(182.051)</u>	<u>140.088</u>	<u>126.672</u>
		Consolidado			
		30/09/2015		31/12/2014	
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	6,66 - 20	814.808	(297.487)	517.321	402.147
Desenvolvimento de projetos (b)	20	346.187	(228.764)	117.423	78.836
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	625.948	(157.423)	468.525	606.321
Acordo de não competição (d)	7,5 - 50	167.266	(86.428)	80.838	94.756
Contratos de serviços (e)	8 - 20	39.840	(17.506)	22.334	19.027
Marcas (f)	10	3.974	(3.972)	2	5.905
Direito de Exploração-Arranjo					
Ourocard (g)	3,33	11.572.000	(225.011)	11.346.989	-
Total		<u>13.570.023</u>	<u>(1.016.591)</u>	<u>12.553.432</u>	<u>1.206.992</u>

Notas Explicativas

- (a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$223.300 (equivalente a US\$110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Approach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.
- (b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

- (c) Relacionamento com clientes:
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia "Income Approach" considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo "churn rate", utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: "e-commerce", "bank customer" e "B2B/Outros". Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia "Excess Earnings", respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras "e-commerce" e "bank customer" e 11% para "B2B/Outros". A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.
- (d) Acordo de não competição:
- **Multidisplay e M4Produtos**- O valor do acordo de não competição ("with and without") foi calculado pela metodologia "Income Approach", utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company ("CB&T"), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o encerramento da transação. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.

- (e) Contratos de serviços:
- **Multidisplay e M4Produtos**- Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
 - **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "Excess Earnings", e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.
- (f) Marcas - avaliada pela metodologia "Relief-from-Royalty", tendo como premissa a taxa de "royalty" de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da "Royalty Source Intellectual Property Database", e uma taxa de desconto de 10%.

- (g) Direito de Exploração - Arranjo Ourocard:
- **Cateno** - No âmbito do acordo de associação entre a Sociedade e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil (vide nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional), foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento.

Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do "Fluxo de Caixa Descontado", os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572 milhões com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 é como segue:

		Controladora						
	31/12/2014	Adições	Amortizações	30/09/2015				
Software	112.173	41.669	(26.065)	127.777				
Desenvolvimento de projetos	10.022	-	(1.112)	8.910				
Relacionamento com clientes	317	-	(36)	281				
Acordo de não competição	4.160	-	(1.040)	3.120				
Total	126.672	41.669	(28.253)	140.088				
	31/12/2013	Adições	Amortizações	30/09/2014				
Total	74.065	43.696	(18.688)	99.073				
		Consolidado						
	31/12/2014	Adições	Outorga de Direitos	Baixas	Transferências (a)	Amortizações	Variação cambial	30/09/2015
Software	402.147	48.041	-	(521)	(2.260)	(61.251)	131.165	517.321
Desenvolvimento de projetos	78.836	23.054	-	(275)	-	(15.382)	31.190	117.423
Relacionamento com clientes	606.321	-	-	-	(265.297)	(33.977)	161.478	468.525
Acordo de não competição	94.756	575	-	-	(29.065)	(14.132)	28.704	80.838
Contratos de serviços	19.027	199	-	-	-	(976)	4.084	22.334
Marcas	5.905	-	-	-	(5.376)	(633)	106	2
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	-	-	11.572.000	-	-	(225.011)	-	11.346.989
Total	1.206.992	71.869	11.572.000	(796)	(301.998)	(351.362)	356.727	12.553.432
	31/12/2013	Adições	Outorga de Direitos	Baixas	Transferências	Amortizações	Variação cambial	30/09/2014
Total	1.081.683	63.522	-	(6.475)	-	(77.920)	42.887	1.103.697

(a) Em 2015 houve transferência de saldo da rubrica de outros intangíveis para a rubrica de ágio, relacionado à aquisição da Me-S e registrado na controlada Cielo USA.

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

11 Antecipação de recebíveis com emissores

A Sociedade efetua antecipação de valores a serem recebidos dos bancos emissores referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, que serão repassados aos estabelecimentos comerciais no prazo de liquidação acordado. Essas antecipações possuem prazo médio de 4 dias úteis e a taxa média ponderada de encargos financeiros praticada em 30 de setembro de 2015 é de 101,92% do DI -Depósito Interbancário (102,17% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Na controladora e consolidado, os saldos correspondentes de antecipação de recebíveis com bancos emissores são de R\$ 1.213.375 em 30 de setembro de 2015 e R\$ 2.250.035 em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos correspondentes de repasses são:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	50.400.532	59.169.854
Saldos a receber de bancos emissores	<u>(49.611.415)</u>	<u>(58.239.784)</u>
Total	<u>789.117</u>	<u>930.070</u>

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os repasses das transações de cartões de crédito. Conforme descrito na nota explicativa nº 28 (c), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12 Contas a pagar a estabelecimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Transações pendentes de repasse (a)	789.117	930.070	789.117	930.070
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	692.698	271.685
Cauções de clientes (c)	-	-	<u>197.938</u>	<u>128.421</u>
Total	<u>789.117</u>	<u>930.070</u>	<u>1.679.753</u>	<u>1.330.176</u>

- (a) Transações pendentes de repasse - As transações pendentes de repasse correspondem à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 corresponde ao “float” de aproximadamente dois dias.
- (b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Notas Explicativas

13 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
FINAME (a)	386.027	430.450	386.027	430.450
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (b)	1.884.066	1.244.021	3.497.371	2.315.245
Notas Promissórias (c)	-	4.594.047	-	4.594.047
Debêntures Privadas (d)	3.381.570	-	3.381.570	-
Debêntures Públicas (e)	4.884.855	-	4.884.855	-
Financiamento de P&D (f)	58.656	-	58.656	-
Empréstimo BTMU (g)	1.187.043	-	1.187.043	-
Total	11.782.217	6.268.518	13.395.522	7.339.742
Circulante	2.127.478	4.829.609	2.143.425	4.833.602
Não circulante	9.654.739	1.438.909	11.252.097	2.506.140
Total	11.782.217	6.268.518	13.395.522	7.339.742

(a) **FINAME**

A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 5,67% ao ano em 30 de setembro de 2015 (4,98% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos por meio de FINAME.

(b) **Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"**

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US\$875 milhões, sendo US\$470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro.

O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não há cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de "bonds".

(c) **Notas Promissórias**

Em 29 de dezembro de 2014, a Sociedade emitiu Notas Promissórias com prazo de vigência de até 180 dias contados da data de emissão. O valor total da emissão foi de R\$ 4.600.000, composta por 460 Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$10.000. A remuneração das Notas Promissórias contemplou juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 106,50% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

Notas Explicativas

Para essa operação, a Sociedade incorreu em custos diretamente relacionados ao processo de emissão no montante de R\$ 10.374, que foram apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não existiam cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Notas Promissórias.

Em 13 de abril de 2015, houve resgate antecipado do saldo integral das Notas Promissórias com os recursos obtidos na emissão das debêntures públicas.

(d) Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. A remuneração das Debêntures Privadas contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

	Montante principal	Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal.

Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(e) Debêntures Públicas

Em 13 de abril de 2015, a Sociedade realizou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da IN/CVM 400/03. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.600.000, com data de vencimento em 13 de abril de 2018. A remuneração das Debêntures Públicas contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulado de 105,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. O valor principal será amortizado em 3 parcelas iguais e anuais, em abril de cada ano, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano.

O montante de R\$ 4.600.000 foi integralmente destinado ao resgate antecipado das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014.

As Debêntures Públicas possuem “covenants” que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, a ser mensurado anualmente.

(f) Financiamento de P&D

Em 9 de dezembro de 2014, a Cielo celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas no valor total de R\$ 159.769, cuja primeira parte dos recursos no montante de R\$ 59.115, sendo R\$ 58.553 líquidos de despesas de inspeção e supervisão, foram liberados em 16 de junho de 2015. O referido financiamento foi captado com juros de 4,00% ao ano, com início de pagamento do saldo principal em 36 meses que será realizado em 85 parcelas sucessivas mensais após o referido prazo de carência. Os juros são pagos a partir do recebimento da primeira liberação.

Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação ao financiamento obtido junto ao FINEP.

Notas Explicativas

(g) Empréstimo BTMU

Em 19 de junho foi contratado empréstimo no valor de US\$204.625, equivalente a R\$630.000 que contempla juros remuneratórios baseado na variação percentual acumulado de 100,00% da Libor mais “spread” de 0,73% ao ano. Adicionalmente, em 31 de julho de 2015, a Sociedade contratou o valor de US\$109.016, correspondente a R\$370.000, com juros remuneratórios de 100,00% da Libor mais “spread” de 1% ao ano, ambos contratados junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. (“BTMU”) com vencimento em 19 de dezembro de 2016. Conjuntamente, a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos (Swaps) com o objetivo específico de proteger os referidos empréstimos de oscilações decorrentes de variação cambial e da taxa de juros, tendo a remuneração mensal final, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 99,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os juros dos empréstimos são pagos mensalmente desde o início da contratação, juntamente com a liquidação parcial do instrumento financeiro.

Os empréstimos obtidos junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd possuem “covenants” que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, a ser mensurado anualmente.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.544.641	2.488.485
Novas captações	115.865	115.865
Pagamento de principal	(211.999)	(211.999)
Variação cambial (principal e juros)	51.698	95.460
Juros provisionados e encargos apropriados	45.410	72.139
Juros pagos	(34.441)	(51.241)
Saldo em 30 de setembro de 2014	<u>1.511.174</u>	<u>2.508.709</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.268.518	7.339.742
Novas captações	9.232.459	9.232.459
Pagamento de principal	(4.901.346)	(4.901.346)
Variação cambial (principal e juros)	868.983	1.400.966
Ajuste Marcação a Mercado (MTM)	(59.126)	(59.126)
Juros provisionados e encargos apropriados	813.402	846.284
Juros pagos	(440.673)	(463.457)
Saldo em 30 de setembro de 2015	<u><u>11.782.217</u></u>	<u><u>13.395.522</u></u>

Hedge Accounting

Em 30 de setembro de 2015, a Cielo possui instrumentos financeiros designados como instrumento de hedge para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial e taxa de juros de saldos de empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 28 (f) e (g).

Notas Explicativas

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificados como não circulante em 30 de setembro de 2015, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2016	1.229.894	1.229.894
2017	1.632.261	1.632.261
2018	1.544.197	1.544.197
2019	6.976	6.976
2020	6.925	6.925
2021	6.975	6.975
2022	1.873.853	3.471.211
2023	3.345.392	3.345.392
2024	8.266	8.266
Total	<u>9.654.739</u>	<u>11.252.097</u>

14 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	7.986	371.416	87.553	372.163
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	22.907	21.296	33.140	22.517
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.900	20.503	7.889	20.821
Imposto Sobre Serviços - ISS	6.290	7.297	12.263	9.255
Programa de Integração Social - PIS	7.529	8.071	9.853	8.463
Outros tributos a recolher	10.452	7.858	12.984	9.329
Total	<u>66.064</u>	<u>436.441</u>	<u>163.682</u>	<u>442.548</u>

15 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	41.678	67.613	113.403	67.669
Provisão para férias e encargos	35.156	21.814	55.165	31.881
Participação dos colaboradores e diretores no lucro	51.086	68.174	72.796	91.900
Outros valores a pagar	-	-	206.895	43.613
Total	<u>127.920</u>	<u>157.601</u>	<u>448.259</u>	<u>235.063</u>
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	8.547	5.767	14.467	13.292
Total	<u>136.467</u>	<u>163.368</u>	<u>462.726</u>	<u>248.355</u>

Notas Explicativas

16 Provisão para riscos e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, como segue:

Controladora						
	31/12/2014	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/09/2015
Tributárias	1.105.016	140.249	(4.394)	778	-	1.241.649
Cíveis	18.194	7.246	(1.375)	1.934	(5.714)	20.285
Trabalhistas	82.217	22.935	(14.047)	368	(2.432)	89.041
Total	1.205.427	170.430	(19.816)	3.080	(8.146)	1.350.975
<hr/>						
	31/12/2013	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/09/2014
Total	1.028.903	158.811	(20.528)	2.492	(10.091)	1.159.587
<hr/>						
Consolidado						
	31/12/2014	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/09/2015
Tributárias	1.105.016	140.249	(4.394)	778	-	1.241.649
Cíveis	19.902	7.246	(1.375)	1.934	(5.714)	21.993
Trabalhistas	98.715	26.345	(15.765)	387	(3.192)	106.490
Total	1.223.633	173.840	(21.534)	3.099	(8.906)	1.370.132
<hr/>						
	31/12/2013	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos (iii)	30/09/2014
Total	1.064.024	169.662	(26.126)	2.514	(32.013)	1.178.061

- (i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.
- (iii) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 1.635 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 8.146 e R\$ 8.906 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Notas Explicativas

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de setembro de 2015, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 20.285 na controladora e R\$ 21.993 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 5.440 na controladora e R\$ 5.492 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2015, existem ações cíveis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 30 de setembro de 2015, incluíam 294 ações trabalhistas contra a Sociedade e 65 contra as controladas, totalizando 359 ações. Dentre essas ações, 135 foram movidas por ex-empregados e as 224 restantes foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Via de regra, somente após decisão judicial de 1ª ou 2ª instâncias, as ações são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 30 de setembro de 2015, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 89.041 na controladora e R\$ 106.490 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 21.995 na controladora e R\$ 24.784 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 62,3% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 37,7% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

Notas Explicativas

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. O processo judicial da Cielo está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recurso Extraordinário, ainda pendente de julgamento. Em 30 de setembro de 2015, o valor dessa provisão para riscos é de R\$ 1.207.007 na controladora e no consolidado e o saldo do depósito judicial é de R\$ 1.191.625 na controladora e no consolidado.
- **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando inclusão em pauta para julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de setembro de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 15.604 na controladora e no consolidado.
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Atualmente, aguarda-se a prolação de sentença nos autos da ação anulatória. Em 30 de setembro de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 10.895 na controladora e no consolidado, e o valor do depósito judicial é de R\$ 10.895 na controladora e no consolidado.
- **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de setembro de 2015, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 7.045 e o valor do depósito judicial é de R\$ 7.045, na controladora e no consolidado.

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 30 de setembro de 2015 no montante de R\$ 1.098 na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

Para fazer frente a outros processos avaliados como riscos possíveis pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$ 10.519 na controladora e R\$ 13.642 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo, que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Tributárias	106.041	99.341	110.486	106.537
Cíveis	76.712	88.209	76.712	88.209
Trabalhistas	88.058	60.396	106.146	76.861
Total	<u>270.811</u>	<u>247.946</u>	<u>293.344</u>	<u>271.607</u>

b. Depósitos judiciais

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2014	Adição	Baixa	30/09/2015
Tributários	1.077.372	142.712	-	1.220.084
Cíveis e trabalhistas	<u>25.665</u>	<u>2.676</u>	<u>(906)</u>	<u>27.435</u>
Total	<u>1.103.037</u>	<u>145.388</u>	<u>(906)</u>	<u>1.247.519</u>
Total	<u>925.305</u>	<u>135.777</u>	<u>(1.024)</u>	<u>1.060.058</u>

Notas Explicativas

c. Ações em tesouraria

Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 2.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de Capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(5.796.967)	(194.478)	33,55
Venda em janeiro de 2015	185.833	6.234	33,55
Venda em fevereiro de 2015	46.278	1.553	33,55
Venda em março de 2015	98.170	3.294	33,55
Venda em abril de 2015	33.025	1.108	33,55
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	<u>(5.433.661)</u>	<u>(182.289)</u>	33,55
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	(1.086.731)	-	
Venda em abril de 2015	157.864	4.413	27,96
Venda em maio de 2015	51.019	1.426	27,96
Venda em junho de 2015	118.309	3.308	27,96
Venda em julho de 2015	1.210.348	33.837	27,96
Venda em agosto de 2015	55.750	1.559	27,96
Recompra em agosto de 2015	(415.470)	(17.304)	29,02
Venda em agosto de 2015	205.600	5.967	29,02
Venda em setembro de 2015	156.086	4.529	29,02
Saldo final em 30 de setembro de 2015	<u>(4.980.886)</u>	<u>(144.554)</u>	29,02

(*) **Bonificação:** foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação uma nova ação ordinária para cada lote de 5 ações ordinárias de que fossem titulares, gerando o efeito total de 1.086.731 novas ações.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

d. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de “hedge” de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Varição cambial sobre investimento no exterior	614.339	198.046
Resultado com instrumentos de “hedge” (“bonds”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(589.691)	(181.432)
Resultado com instrumentos de “hedge” (“NDF”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Total	<u>14.003</u>	<u>5.969</u>

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 493.930 (R\$360.992 em 31 de dezembro de 2014).

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em reunião realizada em 28 de janeiro de 2015 pelo Conselho da Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras e a proposta de orçamento de capital relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, tendo sido aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 10 de abril de 2015, a constituição do orçamento de capital composto pelo equivalente a 40,1% do total do resultado auferido no exercício social de 2014, já deduzido da reserva legal, e do saldo retido em orçamento de capital referente ao exercício de 2013.

Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$500.000 a partir do saldo proveniente da reserva de orçamento de capital. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visa substancialmente fomentar a operação de recebíveis (“ARV”), além de prover recursos para eventual recompra de ações destinada a fazer frente ao programa de outorga de opções de ações.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de setembro de 2015 é de R\$1.276.914 (R\$1.776.914 em 31 de dezembro de 2014).

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas era assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2015, foi deliberada e aprovada proposta para redução do dividendo mínimo obrigatório anual para 30% sobre o lucro líquido auferido, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto

Notas Explicativas

Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou, , “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2015, a proposta de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$702.880 (representado pela soma dos montantes de R\$419.021, registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014, e R\$283.859, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como “Dividendos adicionais aos propostos” em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 66.800 (R\$56.780, líquido de IRRF), respectivamente. Os proventos foram pagos em 31 de março de 2015.

Conforme ata de reunião do Conselho da Administração realizada em 10 de agosto de 2015, foi deliberada a rerratificação da Política de Dividendos para refletir a redução dos dividendos mínimos obrigatórios anuais para 30% do lucro líquido. Nesta mesma data, foi deliberada a distribuição de R\$524.785 do lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2015, sendo R\$ 410.685 a título de dividendos e R\$114.100 a títulos de juros sobre o capital próprio. Os proventos foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2015.

18 Lucro líquido por ação

Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2014	1.566.433.971
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2015	185.833
Fevereiro de 2015	46.278
Março de 2015	98.170
Efeito de bonificação de ações	313.359.457
Abril de 2015	190.889
Maio de 2015	51.019
Junho de 2015	118.309
Julho de 2015	1.210.348
Recompra em agosto de 2015	(415.470)
Agosto de 2015	261.350
Setembro de 2015	156.086
Total	<u>1.881.696.240</u>

Notas Explicativas

Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	2.658.753	2.416.839
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>1.881.009</u>	<u>1.884.306</u>
Lucro por ação (em R\$) – Básico	<u><u>1,41347</u></u>	<u><u>1,28261</u></u>

Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	2.658.753	2.416.839
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.881.009	1.884.306
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>4.959</u>	<u>5.999</u>
Total (em milhares)	<u><u>1.885.968</u></u>	<u><u>1.890.305</u></u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u><u>1,40976</u></u>	<u><u>1,27854</u></u>

19 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos. Os beneficiários da outorga de opções de compra de ações realizada em 2010, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, puderam exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

No limite do capital autorizado mencionado na nota explicativa 17.a), a Sociedade pode outorgar ações ou opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. Poderão ser outorgadas opções de compra de ações ou ações

Notas Explicativas

restritas, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 6 de julho de 2010, 22 de julho de 2011, 23 de julho de 2012, 19 de julho de 2013, 25 de junho de 2014 e 24 de junho de 2015, foram aprovadas a terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e oitava outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa. A oitava outorga foi realizada em 06 de julho de 2015, totalizando 557.354 ações restritas.

Na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de “Restricted Shares”, denominado como Sócio Cielo. Esse programa tem como objetivos minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. Cada programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão doadas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 28 de janeiro de 2014 e 25 de fevereiro de 2015 foram deliberados os planos Sócio Cielo 2014 e 2015 - “Restricted shares”, outorgados em março do mesmo ano.

Data de outorga	Quantidade de ações								Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação 2012	Bonificação 2013	Bonificação 2014	Bonificação 2015	Saldo		
Julho de 2010	1.073.680	(287.198)	(1.074.522)	163.314	71.403	50.948	2.375	-	11,57	3,78
Julho de 2011	1.315.854	(277.024)	(2.303.441)	262.413	273.433	836.145	54.395	161.775	9,05	3,61
Julho de 2012	987.487	(168.385)	(1.624.178)	-	189.146	1.040.526	254.730	679.326	15,44	6,35
Julho de 2013	1.049.141	(217.772)	(733.464)	-	-	990.085	370.317	1.458.307	18,03	8,40
Julho de 2014	1.561.552	(84.923)	(106.955)	-	-	-	303.607	1.673.281	27,18	12,53
Julho de 2015	557.354	-	(827)	-	-	-	-	556.527	-	41,51
Março de 2014	105.000	(356)	-	-	-	105.000	41.930	251.574	-	24,34
Março de 2015	178.492	-	-	-	-	-	-	178.492	-	28,18
Total	6.828.560	(1.035.658)	(5.843.387)	425.727	533.982	3.022.704	1.027.354	4.959.282		

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia Black & Scholes, baseada nas seguintes premissas econômicas:

	Outorga em				
	Julho 2010	Julho 2011	Julho 2012	Julho 2013	Julho 2014
“Dividend yield”	5,73%	8,87%	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	37,51%	38,27%	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	5 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos

Na reunião do Conselho da Administração de 24 de junho de 2015, foi aprovado o Plano de Opções de Compra de Ações e Concessão de Ações Restritas da Companhia, cujo cálculo da 8ª outorga de julho de 2015, foi utilizada a metodologia: (a) de diluição prevista de 0,03% do

Notas Explicativas

capital acionário da Companhia, respeitando o limite anual de 0,3%; (b) a diluição total acumulada de 1,15% do Programa entre os anos de 2009 e 2015 (inclusive), respeitando o limite total de 2%; (c) valor justo para outorga será de R\$ 41,51, considerando a média dos 30 pregões no período de 06/05/2015 a 17/06/2015.

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do período e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 meses (para os planos Sócio Cielo) e 36 meses (para os planos de opções de ações e ações restritas).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, foi reconhecida provisão de R\$17.241 líquido dos encargos (R\$ 16.766 em 30 de setembro de 2014), tendo como contrapartida a rubrica “Despesas com pessoal”.

Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 7.341 líquido dos encargos (R\$ 6.902 em 30 de setembro de 2014).

Foram exercidas 2.318.282 ações no valor de R\$ 32.816 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (1.879.453 ações no valor de R\$ 43.213 no período findo em 30 de setembro de 2014), sendo o saldo total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, em 30 de setembro de 2015, o montante de R\$15.575 (R\$26.447 em 30 de setembro de 2014).

20 Receita líquida

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita operacional bruta	1.925.663	1.784.652	5.728.240	5.185.750	3.209.071	2.134.721	8.874.244	6.151.184
Impostos sobre serviços	(194.575)	(181.637)	(577.961)	(517.840)	(291.014)	(196.259)	(808.642)	(554.306)
Total	<u>1.731.088</u>	<u>1.603.015</u>	<u>5.150.279</u>	<u>4.667.910</u>	<u>2.918.057</u>	<u>1.938.462</u>	<u>8.065.602</u>	<u>5.596.878</u>

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de utilização de rede.

Notas Explicativas

21 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Despesas com pessoal	104.647	96.248	306.489	259.631	172.769	143.788	497.710	390.443
Depreciações e amortizações	113.176	85.936	312.183	251.258	258.180	106.767	640.592	313.234
Serviços profissionais	100.918	96.326	271.206	257.176	111.055	82.623	285.985	232.194
Gastos com aquisição (a)	436.024	423.163	1.243.140	1.148.730	1.086.169	607.175	2.793.146	1.676.650
Vendas e marketing (b)	49.141	65.207	170.779	184.434	52.373	69.235	177.760	194.713
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	-	-	110.030	50.880	301.684	121.214
Outras	26.166	14.921	86.235	27.509	26.243	29.940	114.916	75.433
Total	830.072	781.801	2.390.032	2.128.738	1.816.819	1.090.408	4.811.793	3.003.881
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	557.366	519.757	1.575.844	1.414.003	1.444.909	781.288	3.741.042	2.144.796
Despesas com pessoal	65.767	59.800	190.045	164.500	119.467	98.757	341.519	270.083
Despesas gerais e administrativas	96.143	84.245	282.726	233.844	128.064	86.513	364.248	250.690
Vendas e marketing	49.141	65.207	170.779	184.434	52.373	69.235	177.760	194.713
Outras despesas operacionais, líquidas	61.655	52.792	170.638	131.957	72.006	54.615	187.224	143.599
Total	830.072	781.801	2.390.032	2.128.738	1.816.819	1.090.408	4.811.793	3.003.881

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

22 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Estão representadas por:								
Perdas com créditos incobráveis e "chargebacks"	(33.585)	(40.612)	(116.559)	(97.988)	(42.584)	(40.612)	(133.644)	(97.988)
Provisão para risco, líquida	(10.707)	(9.853)	(11.133)	(18.284)	(11.003)	(11.141)	(8.578)	(22.857)
Baixas efetivas com imobilizado e provisão para perda com equipamentos	(19.970)	(4.013)	(38.837)	(18.467)	(19.970)	(4.080)	(38.837)	(18.536)
Provisão projetos estratégicos (*)	107	-	(7.732)	-	107	-	(7.732)	-
Outras	2.500	1.686	3.623	2.782	1.444	1.218	1.567	(4.218)
Total	(61.655)	(52.792)	(170.638)	(131.957)	(72.006)	(54.615)	(187.224)	(143.599)

- (*) Gastos com bancos de investimento e advogados relacionados ao projeto estratégico de criação da Cateno, em associação com a BB ELO Cartões, uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A.

Notas Explicativas

23 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 30 de setembro de 2015, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	15.186
De 1 ano a 5 anos	42.526
Acima de 5 anos	-
Total	<u>57.712</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 30 de setembro de 2015, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento e “back office” são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	217.985
De 1 ano a 5 anos	744.220
Acima de 5 anos	-
Total	<u>962.205</u>

Os contratos de call center contém multas rescisórias no montante de R\$ 13.421 e os contratos de backoffice preveem multas rescisórias de R\$ 233. Os contratos de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória.

24 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, em despesas de contribuições no montante de R\$8.245 (R\$ 6.171 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Adicionalmente, no período de três meses findo em 30 de setembro de 2015, a Sociedade incorreu em despesas de contribuições no montante de R\$ 2.701 (R\$ 2.030 no período de três meses findo em 30 de setembro de 2014), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Notas Explicativas

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$ 35.351 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (R\$ 28.264 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014).

Adicionalmente, no período de três meses findo em 30 de setembro de 2015, a Sociedade e suas controladas incorreram em despesas de R\$11.888 (R\$12.333 no período de três meses findo em 30 de setembro de 2014).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados as ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

25 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Colaboradores	14.545	16.279	40.839	39.718	19.600	21.981	55.388	53.714
Diretores estatutários	3.565	4.647	10.248	10.914	3.805	4.951	10.973	11.533
Total	18.110	20.926	51.087	50.632	23.405	26.932	66.361	65.247

26 Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos de três e nove meses são como seguem:

	Período de três meses			Período de nove meses		
	30/09/2015			30/09/2015		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.455	2.784	4.239	4.905	8.252	13.157
Conselhos de administração	471	-	471	1.368	-	1.368
Total	1.926	2.784	4.710	6.273	8.252	14.525

Notas Explicativas

	Período de três meses			Período de nove meses		
	30/09/2014			30/09/2014		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.488	3.631	5.119	4.636	9.544	14.180
Conselhos de administração	394	-	394	1.159	-	1.159
Total	1.882	3.631	5.513	5.795	9.544	15.339

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 19).

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2015, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2015, foi de R\$ 45.542, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi de R\$547 e R\$460, respectivamente.

27 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	4.731	3.295	58.096	9.126	31.404	4.181	107.032	11.271
PIS e COFINS sobre receitas financeiras (b)	(239)	-	(239)	-	(1.486)	-	(1.486)	-
Outras receitas financeiras	399	236	1.647	360	595	376	1.938	525
Total	4.891	3.531	59.504	9.486	30.513	4.557	107.484	11.796
Despesas financeiras:								
Juros de mora e multas	(297)	(15)	(413)	(73)	(346)	(657)	(517)	(740)
Multas e juros de riscos	(912)	(749)	(2.394)	(2.434)	(919)	(756)	(2.413)	(2.456)
IRRF s/ remessa de juros ao exterior	(3.853)	(1.786)	(8.855)	(5.144)	(3.853)	(1.786)	(8.855)	(5.144)
Juros e encargos sobre empréstimos	(320.978)	(15.640)	(773.441)	(45.410)	(334.774)	(24.505)	(806.322)	(72.139)
Outras despesas financeiras	(4.659)	(3.904)	(14.437)	(11.195)	(5.517)	(4.168)	(17.052)	(11.946)
Total	(330.699)	(22.094)	(799.540)	(64.256)	(345.409)	(31.872)	(835.159)	(92.425)
Resultado com antecipação de recebíveis:								
Receita com antecipação de recebíveis (a)	634.202	458.236	1.720.012	1.277.761	634.202	458.236	1.720.012	1.277.761
PIS e COFINS sobre receitas financeiras (b)	(16.971)	-	(16.971)	-	(16.971)	-	(16.971)	-
Custo de Captação com terceiros (c)	(44.832)	(53.571)	(174.108)	(192.318)	(44.832)	(53.571)	(174.108)	(192.318)
Total	572.399	404.665	1.528.933	1.085.443	572.399	404.665	1.528.933	1.085.443
Variação cambial, líquida (d)	750	285	4.318	190	784	282	4.378	186
Total	247.341	386.387	793.215	1.030.863	258.287	377.632	805.636	1.005.000

(a) A receita com antecipação de recebíveis nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 é composta pela receita oriunda do volume antecipado das transações de crédito a vista e parcelado, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.

Notas Explicativas

- (b) Despesas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas do Grupo, sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 1º de julho de 2015. As despesas incorridas no período foram agrupadas em “Receita Financeiras” e “Resultado com Antecipação de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.
- (c) Encargos financeiros decorrentes de captação de capital com terceiros para o fomento das operações de antecipações de recebíveis. Nos períodos findos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, a captação de capital de terceiros foi efetuada com as operações de antecipações de fluxo de recebíveis com emissores (vide nota explicativa nº 11). A captação nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 foi mediante os recursos parciais das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014 e integralmente resgatadas em 13 de abril de 2015 (vide nota explicativa nº 13), recursos integrais obtidos junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd (vide nota explicativa nº 13) e das operações de antecipação de fluxo de recebíveis com emissores (vide nota explicativa nº 11). Os custos de captação de capital com terceiros foram agrupados na rubrica “Resultado com Antecipação de Recebíveis” para melhor apresentação do impacto líquido das operações de antecipações de recebíveis nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.
- (d) Decorre substancialmente da variação cambial referente a dois empréstimos em dólares americanos nos valores de US\$204.625 e US\$109.016, equivalentes a R\$630.000 e R\$370.000 nas datas de contratação, respectivamente, ambos com vencimento em 19 de dezembro de 2016 tomados junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. e à variação dos instrumentos financeiros contratados para proteger as referidas operações, conforme nota explicativa 13 (g), representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses		Período de nove meses		Período de três meses		Período de nove meses	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Variação cambial, líquida:								
Receitas	246.215	287	249.783	1.197	246.251	287	249.859	1.203
Despesas	(245.465)	(2)	(245.465)	(1.007)	(245.467)	(5)	(245.481)	(1.017)
Total	750	285	4.318	190	784	282	4.378	186

28 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Notas Explicativas

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Dívida (i)	(11.782.217)	(6.268.518)	(13.395.522)	(7.339.742)
Instrumentos financeiros derivativos	187.122	-	187.122	-
Caixa e equivalentes de caixa	101.760	3.758.037	1.273.521	3.998.721
Dívida Líquida	<u>(11.493.335)</u>	<u>(2.510.481)</u>	<u>(11.934.879)</u>	<u>(3.341.021)</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>6.135.002</u>	<u>4.309.110</u>	<u>9.783.080</u>	<u>4.324.400</u>
Índice de endividamento líquido	<u>187,34%</u>	<u>58,26%</u>	<u>122,00%</u>	<u>77,26%</u>

- (i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, e por aquisição de controlada, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 30 de setembro de 2015, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		30/09/2015			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	101.760	101.760	1.273.521	1.273.521
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	9.001.006	9.001.006	10.196.604	10.196.604
Contas a receber com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	2.353	2.353	75	75
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.247.519	1.247.519	1.253.483	1.253.483
Instrumento Financeiro Derivativo (Swap)	Valor justo por meio do resultado	187.122	187.122	187.122	187.122
Fornecedores	Outros passivos financeiros	554.910	554.910	662.404	662.404
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	789.117	789.117	1.679.753	1.679.753
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	15.366	15.366	-	-
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros / Valor justo por meio do resultado	11.782.217	11.782.217	13.395.522	13.395.522

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

Notas Explicativas

A Sociedade aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo em 30 de setembro de 2015:

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	101.760	-	-	1.273.521	-	-
Instrumento financeiro derivativo (Swap)	-	187.122	-	-	187.122	-
Outros (empréstimos e recebíveis)	-	-	10.250.878	-	-	11.450.162
Passivo:						
Empréstimos e financiamentos	-	1.187.043	-	-	1.187.043	-
Outros (outros passivos financeiros)	-	-	11.954.567	-	-	14.550.636

c. Risco de crédito

Na operação de aquisição da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de repassar à Cielo os valores cobrados relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que a Cielo possa, então, repassar tais valores aos seus estabelecimentos afiliados. Tal risco primário é substancialmente mitigado pelo próprio modelo jurídico- financeiro de repasse de valores adotado pela Cielo, vez que os valores já pagos pelos portadores a um emissor que porventura se torne inadimplente serão sempre tratados como recursos de terceiros e, como tal, devem ser repassados à Cielo e dessa para o estabelecimento comercial, credor final da operação.

O modelo de repasse de valores pela Cielo mitiga substancialmente o risco de inadimplência dos emissores de cartão, restando ainda à Cielo um risco residual relativo à possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de default. Tal risco residual pode ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela Bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartão e aos adquirentes.

No caso da Bandeira Visa, o modelo de risco/garantia adotado por ela não contempla a assunção do risco de inadimplência dos emissores de cartão em caso de default. Na hipótese de inadimplência de um emissor, a Cielo será a responsável por reaver junto a este emissor (ou o respectivo interventor) os montantes já porventura pagos pelos portadores, bem como por assegurar o repasse aos estabelecimentos comerciais das transações pendentes, conforme explicado acima. Assim, com a inadimplência de um emissor Visa, restará à Cielo o risco

Notas Explicativas

residual de inadimplência dos portadores de cartão daquele emissor.

Para a mitigação deste risco residual, a Cielo criou um Comitê permanente denominado “Comitê de Risco Emissor”, cujos integrantes são profissionais da área de crédito dos Bancos Acionistas da Cielo (Banco do Brasil e Bradesco), além de profissionais da própria Cielo.

O Comitê tem como função básica analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão da Bandeira Visa capturados pela Cielo e assim classificá-los em dois grupos: 1- emissores de cartão com baixo nível de risco e dispensados da apresentação de garantias e, 2- emissores de cartão com maior nível de risco e obrigados a apresentação de garantias.

Coube ao Comitê, quando de sua criação, a definição da metodologia para a apuração dos valores de garantias a serem apresentados pelos emissores de cartão à Cielo. Tal metodologia se baseia no volume financeiro de emissão de cartões de crédito à vista e parcelado, cartão de débito e cartão pré-pago que estejam pendentes de liquidação entre o emissor do cartão e a Cielo em uma determinada data base. A definição do valor das garantias que são solicitadas aos emissores de cartão considera para o cálculo a média mensal do semestre que tiver o maior volume financeiro de emissão dos últimos doze meses. Sobre tais volumes pendentes de liquidação são definidos percentuais de garantias que vão de 15% a 100% do volume pendente de liquidação.

Os membros do Comitê de Risco Emissor se reúnem trimestralmente em reuniões ordinárias, podendo ser convocados a qualquer momento em reuniões extraordinárias a pedido da Cielo ou a pedido de qualquer um de seus membros.

A Cielo não tem risco de crédito com os emissores da Bandeira Mastercard, pois o modelo de risco/garantias adotado por essa Bandeira cobre totalmente qualquer eventual inadimplência dos emissores junto à Cielo. A Bandeira Mastercard se torna substituta dos emissores em caso de inadimplência dos mesmos, tornando-se contraparte da obrigação para com a Cielo e, por consequência, com o estabelecimento comercial. Neste modelo adotado pela Bandeira também está inclusa a cobertura da eventual inadimplência dos portadores de cartão no caso do emissor do cartão se tornar inadimplente de forma permanente (situação de default).

Cabe ressaltar que mesmo com este modelo de cobertura de risco disponibilizado pela Bandeira, em uma eventual situação de default de algum emissor de cartão, a Cielo sempre se valerá primeiramente do seu modelo jurídico-financeiro de repasse de valores para a pronta recuperação dos valores recebidos ou que vierem a ser recebidos dos portadores de cartão pelo emissor de cartão.

d. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Notas Explicativas

e. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos denominados em moeda estrangeira.

f. “Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“*net investment hedge*”)

A Sociedade, após a captação dos recursos financeiros com a emissão dos “bonds” em novembro de 2012 e com base na Interpretação nº 16 do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” (interpretação técnica ICPC 06 - “Hedge” de Investimento Líquido em Operação no Exterior, emitida em julho de 2008, e consubstanciada na norma IAS 39 (pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), optou por designar como “hedge” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$311.981 mil a operação de “ten years bonds”, detido pela Sociedade em US\$470.000 mil para proteção do risco de variação da moeda estrangeira. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “ten years bonds”, está acrescido do “gross-up” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “hedge accounting”.

A contabilização dos efeitos do “hedge” de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 38 e norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “hedge”; (ii) tipo de “hedge”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“hedge” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“hedging instrument”); (vi) demonstração da correlação do “hedge” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, no período findo em 30 de setembro de 2015, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “hedges” de investimento líquido na Cielo USA; conseqüentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

g. Hedge de valor justo (“*fair value hedge*”)

A Sociedade, na ocasião da contratação de Instrumento Financeiro na modalidade de *swap*, em setembro de 2015, com base no Pronunciamento Técnico CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) correlato ao International Accounting Standard 39 (Financial Instruments: Recognition and Measurement), designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo tomado junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd no montante de US\$ 313.641, equivalente a R\$ 1.000.000 com vencimento em 19.12.2016, para proteção do risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxas de juros Libor.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2015, a posição individual e consolidada dos contratos de swap é a seguinte:

	Vencimento da operação	Nocional R\$	30.09.2015			31.12.2014	
			Valorização		Valor justo (mercado)	Valor justo (mercado)	
			Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ajuste MTM	Valor a receber/ (pagar)	Valor a receber/ (pagar)
Swap taxa flutuante em US\$ (114,2857% Libor + 0,8343% a.a.) vs. Taxa flutuante em R\$ (99,4% do DI)	19.12.2016	630.000	183.032	(2.303)	(37.242)	143.487	-
Swap taxa flutuante em US\$ (114,2857% Libor + 1,1429% a.a.) vs. Taxa flutuante em R\$ (99,4% do DI)	19.12.2016	370.000	63.183	(1.353)	(18.195)	43.635	-
Total		1.000.000	246.215	(3.656)	(55.437)	187.122	-
Ativo circulante						-	-
Ativo não circulante						187.122	-

Os termos contratuais dos contratos de empréstimo, conforme nota explicativa 13.g), e dos *swaps* foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do *swap* e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de hedge. Assim, a Sociedade permanece exposta somente à ponta passiva do *swap*, que possui valor nocional em reais no montante de R\$ 1.000.000 remunerados à 99,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de hedge são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&F BOVESPA.

h. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, por meio da holding Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas na moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2015, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.027	96.261
Contas a receber operacionais	-	216.388
Outros ativos	-	13.412
Investimentos em moeda estrangeira	318.134	-
Imobilizado	-	3.765
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	724.375
Total	319.161	1.054.201
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(677)	(224.894)
Outros passivos	-	(19.293)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Juros	(6.608)	(11.033)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Encargos	-	3.276
Imposto de renda diferido	-	(85.381)
Efeito tributário sobre instrumento de "hedge" - "Bonds" designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
Total	(317.485)	(1.052.525)
Posição comprada (vendida) de dólares norte-americanos	1.676	1.676

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Em 30 de setembro de 2015, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	Cenário provável 10%	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Resultado (i)	736	1.840	3.680
Patrimônio líquido (i)	29	72	143

- (i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

i. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. A Sociedade opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

Notas Explicativas

j. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

k. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip) e os empréstimos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (fonte: Banco Central do Brasil - Bacen). Em 30 de setembro de 2015, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	5.810	14.524	29.048	10.703	26.758	53.516
Empréstimos e financiamentos	77.344	193.360	386.720	80.632	201.581	403.161

29 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade, suas controladas e coligada operações com partes relacionadas, tais como contas a receber (relacionadas às operações de antecipações de recebíveis) dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores, Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Cateno, Braspag, Paggo Soluções, Aliança e Stelo.

A Sociedade e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade, suas controladas e coligada participam, bem como as movimentações relativas ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014:

Notas Explicativas

Controladora										
30/09/2015										31/12/2014
Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada								
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Cateno	Total	Total
Ativos (Passivos):										
Caixa e Equivalentes de Caixa										
(a)	1.574	7.591	-	-	-	-	-	-	9.165	3.639.965
Contas a receber operacionais	3.077	1.908	-	-	-	-	-	-	4.985	4.225
Empréstimos e Financiamentos (g)	-	(3.381.570)	-	-	-	-	-	-	(3.381.570)	-
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	66	2.218	-	9	30	2.353	115
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	(13.331)	-	-	(1.506)	(529)	-	(15.366)	(12.210)
Consolidado										
30/09/2015										31/12/2014
Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada								
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Cateno	Total	Total
Ativos (Passivos):										
Caixa e Equivalentes de Caixa										
(a)	6.558	618.869	-	-	-	-	-	-	625.427	3.659.793
Contas a receber operacionais	3.077	1.908	-	-	-	-	-	-	4.985	4.225
Empréstimos e Financiamentos (g)	-	(3.381.570)	-	-	-	-	-	-	(3.381.570)	-
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	66	-	-	9	-	75	384
Controladora										
Período de nove meses findo em 30/09/2015										Período de nove meses findo em 30/09/2014
Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada								
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Total	Total	Total	Total
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)										
	2.393	49.063	-	-	-	-	-	-	51.456	3.090
Receitas de prestação de outros serviços (b)										
	24.661	17.461	-	41	3.172	5.186	272	-	50.793	41.211
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (c)										
	-	-	-	86	-	-	-	-	86	324
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação										
	(2.782)	(3.137)	-	-	-	-	-	-	(5.919)	(8.005)
Outras despesas operacionais (d)										
	(20.341)	(2.643)	-	-	-	(4.919)	(4.816)	-	(32.719)	(23.267)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)										
	-	-	(115.317)	-	-	-	-	-	(115.317)	(103.440)
Prestação de serviços de processamento de dados (f)										
	-	-	-	-	-	-	(402)	-	(402)	(5.322)
Despesas financeiras (g)										
	-	(278.630)	-	-	-	-	-	-	(278.630)	-
Prestação de serviço para colocação de notas promissórias (i)										
	(4.360)	-	-	-	-	-	-	-	(4.360)	-

Notas Explicativas

Consolidado										
Período de nove meses findo em 30/09/2015									Período de nove meses findo em 30/09/2014	
	Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada						Total	Total
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag			
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)	2.393	95.029	-	-	-	-	-	97.422	3.090	
Receitas de prestação de outros serviços (b)	24.661	17.461	-	41	-	-	-	42.163	36.679	
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (c)	-	-	-	86	-	-	-	86	324	
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(2.782)	(3.137)	-	-	-	-	-	(5.919)	(8.005)	
Outras despesas operacionais (d)	(20.341)	(2.643)	-	-	-	-	-	(22.984)	(17.186)	
Despesas financeiras (g)	-	(278.630)	-	-	-	-	-	(278.630)	-	
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (h)	-	(12.756)	-	-	-	-	-	(12.756)	-	
Prestação de serviço para colocação de notas promissórias (i)	(4.360)	-	-	-	-	-	-	(4.360)	-	
(a)	Saldo correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.									
(b)	Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas, comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos, Multidisplay e Orizon e prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH para a empresa Braspag. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.									
(c)	Vide nota explicativa nº 5.(e).									
(d)	Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. Serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.									
(e)	Prestação de serviços pela Servinet de contato e manutenção dos equipamentos de captura de transações nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.									
(f)	Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.									
(g)	Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas (vide nota explicativa 13.d) mantida pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil.									
(h)	Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.									
(i)	Despesa apropriada no período referente à comissão para colocação e distribuição das Notas Promissórias (vide nota explicativa 13.c) paga ao Banco Bradesco BBI S/A, empresa do conglomerado Bradesco.									

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Notas Explicativas

Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com a “performance” e métricas neles estabelecidas.

Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex

A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. (“BankPar”), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. O contrato também estabelece a remuneração da BankPar, pela Sociedade, mediante o pagamento de taxa de conectividade, referente ao acesso da Sociedade aos estabelecimentos afiliados aos sistemas de aquisição da bandeira Amex. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, com abstenção dos legalmente impedidos por conflito de interesse. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhante àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

Escrituração de ações da Sociedade

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

Notas Explicativas

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

Projeto Cateno

Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade firmou associação com a empresa BB Elo Cartões Participações S.A., subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para a criação da Cateno, cujos termos da transação estão detalhados na nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional.

Notas Explicativas

30 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

As demonstrações financeiras anteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentavam somente um único segmento de negócio para o Grupo, que compreendia a prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos.

A partir do fechamento da associação com o BB Elo Cartões, quando foi constituída a Cateno, em 27 de fevereiro de 2015, cujas atividades operacionais se referem substancialmente à gestão de contas de pagamentos no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, que difere essencialmente do segmento supramencionado, o Grupo passou a deter dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

Em ato contínuo, a Administração passou a monitorar separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes dos Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das informações contábeis intermediárias consolidadas.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de suas controladas Me-S e Cielo USA.

Notas Explicativas

	Período de três meses findo em 30 de Setembro de 2015			Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2015		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Mercado Interno	1.866.985	605.600	2.472.585	5.525.734	1.384.592	6.910.326
Mercado Externo	445.472	-	445.472	1.155.276	-	1.155.276
Receita operacional líquida	2.312.457	605.600	2.918.057	6.681.010	1.384.592	8.065.602
Custo dos serviços prestados	(1.036.502)	(408.407)	(1.444.909)	(2.805.110)	(935.932)	(3.741.042)
Lucro Bruto	1.275.955	197.193	1.473.148	3.875.900	448.660	4.324.560
Receitas operacionais	(347.673)	(22.111)	(369.784)	(1.016.014)	(45.258)	(1.061.272)
Lucro Operacional	928.282	175.082	1.103.364	2.859.886	403.402	3.263.288
Resultado Financeiro	536.018	(277.731)	258.287	1.420.042	(614.406)	805.636
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.464.300	(102.649)	1.361.651	4.279.928	(211.004)	4.068.924
Imposto de renda e contribuição social	(477.715)	34.606	(443.109)	(1.388.115)	71.455	(1.316.660)
Lucro (prejuízo) líquido	986.585	(68.043)	918.542	2.891.813	(139.549)	2.752.264
Atribuído a:						
Acionistas controladores	984.940	(107.484)	877.456	2.886.946	(228.193)	2.658.753
Acionistas não controladores	1.645	39.441	41.086	4.867	88.644	93.511

Para o início da atuação no segmento de negócios de “Gestão de Contas de Pagamentos”, foi outorgado à controlada Cateno os direitos de exploração do Arranjo de Pagamentos Ourocard, no montante de R\$ 11.572 milhões (vide nota explicativa nº 10), cuja amortização está sendo apropriada na rubrica de despesas de depreciação e amortização, conforme demonstrado abaixo:

	Período de três meses findo em 30 de Setembro de 2015			Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2015		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Depreciação e amortização	(161.747)	(96.433)	(258.180)	(415.581)	(225.011)	(640.592)

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 30 de setembro de 2015:

	Saldos patrimoniais em 30 de Setembro de 2015		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Total do Ativo	16.682.652	12.438.872	29.121.524
Aquisições de Imobilizado e Intangível	473.475	11.572.000	12.045.475
Investimento em controladas e coligada	111.218	-	111.218

31 Itens que não afetam o caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	416.443	33.849	416.443	33.849
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	(618.802)	(50.948)	(1.150.785)	(94.709)
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio a pagar	(66.600)	(33.100)	(66.600)	(33.100)
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	2.218	-	-	-
Integralização de acionistas não controladores	-	-	3.539.277	-

Notas Explicativas

32 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2015, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	110.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	33.111
Lucros cessantes	17.402
Veículos	727
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	193.644
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.423.846
FINAME de equipamentos de captura de transações	907.663

33 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 5 de novembro de 2015.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 5 de Novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2015, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas”.

Barueri, 05 de novembro de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015, bem como, concordou com relatório dos auditores independentes.

Barueri, 05 de novembro de 2015.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015.

Barueri, 05 de novembro de 2015.